

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	118
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	544.383.996
Preferenciais	0
Total	544.383.996
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.971.556
Preferenciais	0
Total	7.971.556

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/02/2013	Dividendo	08/03/2013	Ordinária		0,66000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	7.176.999	7.044.587
1.01	Ativo Circulante	806.491	197.791
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	546.894	76.981
1.01.02	Aplicações Financeiras	33.253	216
1.01.03	Contas a Receber	180.650	57.328
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	180.650	57.328
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	179.548	57.014
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	1.102	314
1.01.06	Tributos a Recuperar	45.694	63.266
1.02	Ativo Não Circulante	6.370.508	6.846.796
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	767.304	807.586
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7	43
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	767.149	781.312
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	148	26.231
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	25.999
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	148	232
1.02.02	Investimentos	5.357.041	5.793.047
1.02.02.01	Participações Societárias	5.357.041	5.793.047
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.337.490	5.773.288
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	19.551	19.759
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	7.176.999	7.044.587
2.01	Passivo Circulante	22.844	267.992
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	141	138
2.01.02	Fornecedores	39	177
2.01.03	Obrigações Fiscais	30	3.059
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.841	50.412
2.01.04.02	Debêntures	13.841	50.412
2.01.05	Outras Obrigações	8.793	214.206
2.01.05.02	Outros	8.793	214.206
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.579	213.992
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	214	214
2.02	Passivo Não Circulante	797.764	795.998
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	797.240	795.479
2.02.01.02	Debêntures	797.240	795.479
2.02.04	Provisões	524	519
2.03	Patrimônio Líquido	6.356.391	5.980.597
2.03.01	Capital Social Realizado	3.696.773	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	20.246	20.246
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.583	6.713
2.03.04	Reservas de Lucros	2.106.670	2.253.865
2.03.04.01	Reserva Legal	273.842	273.842
2.03.04.02	Reserva Estatutária	614.647	614.647
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	147.195
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-114.885	-114.885
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	530.007	2.994
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-12.602	-12.615
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	8.714	12.621

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	331.964	585.006	229.002	414.052
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.342	-5.196	-1.895	-4.967
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.343	5.246	1.889	4.967
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	331.963	584.956	229.008	414.052
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	331.964	585.006	229.002	414.052
3.06	Resultado Financeiro	-579	2.842	5.930	13.833
3.06.01	Receitas Financeiras	28.061	48.602	28.480	63.017
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.640	-45.760	-22.550	-49.184
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	331.385	587.848	234.932	427.885
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-49.318	-60.944	-2.008	-4.691
3.08.01	Corrente	-49.317	-60.908	-2.011	-4.069
3.08.02	Diferido	-1	-36	3	-622
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	282.067	526.904	232.924	423.194
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	282.067	526.904	232.924	423.194
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,52810	0,98660	0,43620	0,79250
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,52590	0,98230	0,43440	0,78930

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	282.067	526.904	232.924	423.194
4.02	Outros Resultados Abrangentes	20.096	-3.894	8.401	9.361
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	-6	13	21	-162
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	20.102	-3.907	8.380	9.523
4.03	Resultado Abrangente do Período	302.163	523.010	241.325	432.555

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	208.060	276.649
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	168.352	284.668
6.01.01.01	Lucro líquido do período	526.904	423.194
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-584.956	-414.052
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	31.855	7.515
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	36	622
6.01.01.05	Dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto	194.513	267.389
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	39.708	-8.019
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	17.572	7.397
6.01.02.02	Demais contas a receber (AC)	-788	1.052
6.01.02.03	Fornecedores (PC)	-138	-24
6.01.02.04	Salários e encargos sociais (PC)	3	11
6.01.02.05	Obrigações tributárias (PC)	-3.029	-2.337
6.01.02.08	Impostos a recuperar (ANC)	25.999	-14.137
6.01.02.09	Depósitos judiciais (ANC)	84	0
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	5	19
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	666.963	-30.371
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	-33.037	-30.371
6.02.05	Redução de Capital de Controladas	700.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-405.110	-249.791
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	0	793.485
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	0	-800.000
6.03.03	Financiamentos e debêntures - juros pagos	-66.665	-25.108
6.03.04	Dividendos pagos	-352.608	-272.319
6.03.05	Sociedades relacionadas	14.163	54.151
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	469.913	-3.513
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.981	178.672
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	546.894	175.159

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	59.269	2.221.555	0	12.644	5.990.241
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2.994	-12.638	-9.644
5.02.01	Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	0	0	0	2.994	-12.638	-9.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	59.269	2.221.555	2.994	6	5.980.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-147.195	0	0	0	-147.195
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-147.195	0	0	0	-147.195
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	526.904	-3.894	523.010
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	526.904	0	526.904
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.894	-3.894
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13	13
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.907	-3.907
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-130	0	109	0	-21
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-130	0	130	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21	0	-21
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-88.056	2.221.555	530.007	-3.888	6.356.391

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	20.860	1.837.667	0	-4.233	5.551.067
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-5.910	-4.629	-10.539
5.02.01	Efeito da adoção do CPC 33 R2 - Benefício a empregados	0	0	0	-5.910	-4.629	-10.539
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	20.860	1.837.667	-5.910	-8.862	5.540.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-123.438	0	0	0	-123.438
5.04.08	Aprovação de dividendos adicionais em Assembleia Geral	0	-122.239	0	0	0	-122.239
5.04.09	Plano de ações	0	-1.199	0	0	0	-1.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	423.194	9.361	432.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	423.194	0	423.194
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.361	9.361
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-162	-162
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.523	9.523
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-217	0	165	0	-52
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-217	0	217	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-52	0	-52
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-102.795	1.837.667	417.449	499	5.849.593

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	2.375	2.391
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.871	-2.596
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	5.246	4.987
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.375	2.391
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.375	2.391
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	633.558	477.069
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	584.956	414.052
7.06.02	Receitas Financeiras	48.602	63.017
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	635.933	479.460
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	635.933	479.460
7.08.01	Pessoal	1.955	2.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	75.034	1.853
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32.040	52.413
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	526.904	423.194
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	526.904	423.194

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	15.586.311	15.249.554
1.01	Ativo Circulante	7.495.654	7.133.038
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.060.161	2.021.114
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.024.515	961.184
1.01.03	Contas a Receber	2.513.683	2.328.276
1.01.03.01	Clientes	2.483.474	2.306.521
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	30.209	21.755
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	30.209	20.463
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	1.292
1.01.04	Estoques	1.396.585	1.290.694
1.01.06	Tributos a Recuperar	401.077	477.959
1.01.07	Despesas Antecipadas	99.633	53.811
1.02	Ativo Não Circulante	8.090.657	8.116.516
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.374.257	1.440.507
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	93.915	138.912
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.618	10.618
1.02.01.03	Contas a Receber	142.255	148.337
1.02.01.03.01	Clientes	130.505	137.359
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.750	10.978
1.02.01.06	Tributos Diferidos	430.623	469.331
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	430.623	469.331
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	83.497	79.652
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.858	10.858
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	10.368	10.368
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	602.491	582.799
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	44.595	49.070
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	557.896	533.729
1.02.02	Investimentos	52.619	43.693
1.02.02.01	Participações Societárias	52.619	43.693
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	49.805	40.879
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.814	2.814
1.02.03	Imobilizado	4.686.115	4.667.020
1.02.04	Intangível	1.977.666	1.965.296

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	15.586.311	15.249.554
2.01	Passivo Circulante	3.222.234	3.721.250
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	207.869	252.526
2.01.02	Fornecedores	986.259	1.297.735
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	900.898	1.242.447
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	85.361	55.288
2.01.03	Obrigações Fiscais	175.473	182.908
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.744.575	1.627.955
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.723.259	1.573.031
2.01.04.02	Debêntures	19.433	52.950
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.883	1.974
2.01.05	Outras Obrigações	41.524	296.858
2.01.05.02	Outros	41.524	296.858
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	15.295	222.351
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	13.170	56.453
2.01.05.02.05	Receita Diferida	13.059	18.054
2.01.06	Provisões	66.534	63.268
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	53.017	49.514
2.01.06.02	Outras Provisões	13.517	13.754
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.482	3.719
2.01.06.02.04	Benefícios pós-emprego	10.035	10.035
2.02	Passivo Não Circulante	5.983.281	5.522.226
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.034.493	4.587.897
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.594.038	3.151.689
2.02.01.02	Debêntures	1.397.054	1.395.269
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	43.401	40.939
2.02.02	Outras Obrigações	106.712	113.290
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.872	3.872
2.02.02.02	Outros	102.840	109.418
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	94.109	99.565
2.02.02.02.04	Receita Diferida	8.731	9.853
2.02.03	Tributos Diferidos	85.922	84.924
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	85.922	84.924
2.02.04	Provisões	756.154	736.115
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	562.666	550.963
2.02.04.02	Outras Provisões	193.488	185.152
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	67.977	66.692
2.02.04.02.04	Benefícios pós-emprego	125.511	118.460
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.380.796	6.006.078
2.03.01	Capital Social Realizado	3.696.773	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	20.246	20.246
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.583	6.713
2.03.04	Reservas de Lucros	2.106.670	2.253.865
2.03.04.01	Reserva Legal	273.842	273.842
2.03.04.02	Reserva Estatutária	614.647	614.647
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	147.195
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-114.885	-114.885
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	530.007	2.994
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-12.602	-12.615
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	8.714	12.621
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	24.405	25.481

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.204.104	28.804.072	13.037.739	25.428.965
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.043.739	-26.580.121	-12.031.174	-23.522.746
3.03	Resultado Bruto	1.160.365	2.223.951	1.006.565	1.906.219
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-647.184	-1.286.255	-596.217	-1.156.746
3.04.01	Despesas com Vendas	-433.957	-848.603	-393.151	-770.255
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-241.864	-485.577	-216.742	-411.262
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.532	35.245	13.524	23.070
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	9.188	14.722	-2.772	-4.267
3.04.05.01	Resultado na venda de bens, líquido	9.188	14.722	-2.772	-4.267
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-83	-2.042	2.924	5.968
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	513.181	937.696	410.348	749.473
3.06	Resultado Financeiro	-94.222	-154.844	-87.108	-152.515
3.06.01	Receitas Financeiras	47.501	100.438	51.809	115.021
3.06.02	Despesas Financeiras	-141.723	-255.282	-138.917	-267.536
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	418.959	782.852	323.240	596.958
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-135.278	-252.646	-88.842	-170.897
3.08.01	Corrente	-113.029	-222.595	-59.281	-127.065
3.08.02	Diferido	-22.249	-30.051	-29.561	-43.832
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	283.681	530.206	234.398	426.061
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	283.681	530.206	234.398	426.061
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	282.067	526.904	232.924	423.194
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.614	3.302	1.474	2.867
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,52810	0,98660	0,43620	0,79250
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,52590	0,98230	0,43440	0,78930

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	283.681	530.206	234.398	426.061
4.02	Outros Resultados Abrangentes	20.096	-3.894	8.401	9.361
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	-6	13	21	-162
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	20.102	-3.907	8.380	9.523
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	303.777	526.312	242.799	435.422
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	302.163	523.010	241.325	432.555
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.614	3.302	1.474	2.867

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	514.847	811.864
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.186.605	1.145.943
6.01.01.01	Lucro líquido do período	530.206	426.061
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em sociedades controladas em conjunto e coligadas	2.042	-5.968
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	382.237	328.157
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	6.119	5.662
6.01.01.05	Despesas com retirada de tanques	-1.787	-828
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	246.917	333.208
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.051	43.832
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	-14.722	4.267
6.01.01.09	Outros	2.638	800
6.01.01.12	Dividendos recebidos de controladas	2.904	10.752
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-515.398	-251.948
6.01.02.01	Contas a receber de clientes (AC)	-173.802	-157.042
6.01.02.02	Estoques (AC)	-106.430	-4.496
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	76.882	61.691
6.01.02.04	Demais contas a receber (AC)	-9.746	-1.372
6.01.02.05	Despesas antecipadas (AC)	-45.822	-18.334
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-311.476	-99.292
6.01.02.07	Salários e encargos sociais (PC)	-44.657	-77.255
6.01.02.08	Obrigações tributárias (PC)	26.925	-2.328
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	117.739	69.684
6.01.02.10	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	3.503	1.266
6.01.02.11	Receita diferida (PC)	-4.995	-743
6.01.02.13	Demais contas a pagar (PC)	-43.519	-23.727
6.01.03	Outros	-156.360	-82.131
6.01.03.01	Contas a receber (ANC)	6.854	5.684
6.01.03.02	Impostos a recuperar (ANC)	4.475	-27.933
6.01.03.03	Depósitos judiciais (ANC)	-24.167	-38.115
6.01.03.04	Demais contas a receber (ANC)	-772	-9.955
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-3.845	2.744
6.01.03.06	Benefícios pós-emprego (PNC)	7.051	7.667
6.01.03.07	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	11.703	21.662
6.01.03.08	Demais contas a pagar (PNC)	-4.438	10.959
6.01.03.09	Receita diferida (PNC)	-1.122	-171
6.01.03.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-152.099	-54.673
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-413.276	-549.910
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	-18.334	24.780
6.02.02	Venda (Aquisição) de Investimento Líquido	-6.168	0
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-234.164	-357.465
6.02.05	Aumento no intangível	-178.953	-241.439
6.02.06	Aporte de capital em controladas e negócios em conjunto	-12.580	0
6.02.07	Receita com a venda de bens	36.923	24.214
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-62.464	-546.614

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	1.110.776	1.579.603
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-355.518	-1.636.985
6.03.03	Financiamentos e debêntures - juros pagos	-456.865	-209.678
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil	-2.232	-2.309
6.03.05	Dividendos pagos	-358.625	-276.432
6.03.07	Sociedades relacionadas	0	-813
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-60	241
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.047	-284.419
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.021.114	1.765.506
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.060.161	1.481.087

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	59.269	2.221.555	0	12.644	5.990.241	25.495	6.015.736
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2.994	-12.638	-9.644	-14	-9.658
5.02.01	Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	0	0	0	2.994	-12.638	-9.644	-14	-9.658
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	59.269	2.221.555	2.994	6	5.980.597	25.481	6.006.078
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-147.195	0	0	0	-147.195	-4.378	-151.573
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-147.195	0	0	0	-147.195	-4.378	-151.573
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	526.904	-3.894	523.010	3.302	526.312
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	526.904	0	526.904	0	530.206
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.894	-3.894	0	-3.894
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13	13	0	13
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.907	-3.907	0	-3.907
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-130	0	109	0	-21	0	-21
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-130	0	130	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21	0	-21	0	-21
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-88.056	2.221.555	530.007	-3.888	6.356.391	24.405	6.380.796

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	20.860	1.837.667	0	-4.233	5.551.067	26.169	5.577.236
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-5.910	-4.629	-10.539	-4	-10.543
5.02.01	Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33R2) - Benefícios a empregados	0	0	0	-5.910	-4.629	-10.539	-4	-10.543
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	20.860	1.837.667	-5.910	-8.862	5.540.528	26.165	5.566.693
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-123.438	0	0	0	-123.438	-2.640	-126.078
5.04.08	Aprovação de dividendos adicionais em Assembleia Geral	0	-122.239	0	0	0	-122.239	-2.640	-124.879
5.04.09	Plano de ações	0	-1.199	0	0	0	-1.199	0	-1.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	423.194	9.361	432.555	2.867	435.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	423.194	0	423.194	2.867	426.061
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.361	9.361	0	9.361
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-162	-162	0	-162
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.523	9.523	0	9.523
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-217	0	165	0	-52	0	-52
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-217	0	217	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-52	0	-52	0	-52
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-102.795	1.837.667	417.449	499	5.849.593	26.392	5.875.985

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	29.454.074	26.003.331
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.443.625	26.009.977
7.01.02	Outras Receitas	14.722	-4.267
7.01.02.01	Resultado com a venda de bens	14.722	-4.267
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.273	-2.379
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.268.918	-24.151.101
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.044.509	-22.119.941
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-779.606	-719.687
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	7.695	2.610
7.02.04	Outros	-1.452.498	-1.314.083
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-1.452.498	-1.314.083
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.185.156	1.852.230
7.04	Retenções	-388.356	-333.819
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-388.356	-333.819
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.796.800	1.518.411
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	137.851	151.674
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.042	5.968
7.06.02	Receitas Financeiras	100.438	115.021
7.06.03	Outros	39.455	30.685
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	39.455	30.685
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.934.651	1.670.085
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.934.651	1.670.085
7.08.01	Pessoal	572.011	519.322
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	566.907	424.741
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	265.527	299.961
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	530.206	426.061
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	530.206	426.061

Comentário do Desempenho



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS Segundo Trimestre de 2013

(1) Informações financeiras selecionadas e operacionais:

(R\$ milhões)	2T13	2T12	1T13	Variação 2T13 X 2T12	Variação 2T13 X 1T13	1S13	1S12	Variação 1S13 X 1S12
Receita líquida de vendas e serviços	15.204,1	13.037,7	13.600,0	17%	12%	28.804,1	25.429,0	13%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(14.043,7)	(12.031,2)	(12.536,4)	17%	12%	(26.580,1)	(23.522,7)	13%
Lucro bruto	1.160,4	1.006,6	1.063,6	15%	9%	2.224,0	1.906,2	17%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(675,8)	(609,9)	(658,4)	11%	3%	(1.334,2)	(1.181,5)	13%
Outros resultados operacionais, líquidos	19,5	13,5	15,7	44%	24%	35,2	23,1	53%
Resultado na venda de bens	9,2	(2,8)	5,5	431%	66%	14,7	(4,3)	445%
Lucro operacional	513,3	407,4	426,5	26%	20%	939,7	743,5	26%
Resultado financeiro, líquido	(94,2)	(87,1)	(60,6)	8%	55%	(154,8)	(152,5)	2%
Equivalência patrimonial	(0,1)	2,9	(2,0)	-103%	-96%	(2,0)	6,0	-134%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	419,0	323,2	363,9	30%	15%	782,9	597,0	31%
Imposto de renda e contribuição social	(147,3)	(96,9)	(127,4)	52%	16%	(274,7)	(187,7)	46%
Incentivos fiscais	12,0	8,1	10,1	49%	19%	22,1	16,8	32%
Lucro líquido	283,7	234,4	246,5	21%	15%	530,2	426,1	24%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	282,1	232,9	244,8	21%	15%	526,9	423,2	25%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	1,6	1,5	1,7	10%	-4%	3,3	2,9	15%
EBITDA (*)	706,0	577,4	614,0	22%	15%	1.319,9	1.077,6	22%
Tons mil de GLP vendido	431,4	425,8	395,9	1%	9%	827,4	829,4	0%
M3 mil de combustíveis vendido	6.127,6	5.708,7	5.575,2	7%	10%	11.702,8	11.155,8	5%
Tons mil de químicos vendidos	206,6	185,3	198,0	12%	4%	404,6	371,7	9%

(*) Para maiores informações sobre EBITDA, veja nota (1) na página 27.

Comentário do Desempenho

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Padrões e critérios aplicados na preparação das informações trimestrais consolidadas

As informações financeiras selecionadas contidas nesta análise foram extraídas das informações trimestrais consolidadas da Ultrapar.

As práticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas controladas estão de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM no processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo IASB.

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da companhia. As informações financeiras da Ultragas, Ipiranga, Oxiteno e Ultracargo incluídas nesta análise são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações financeiras consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, exceto quando indicado, os valores incluídos nesta discussão de resultados são apresentados em milhões de Reais e, portanto, sujeitos a arredondamentos. Como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Em 04 de outubro de 2012, a CVM emitiu a Instrução nº 527 (“ICVM 527”), que rege a divulgação pelas companhias abertas de informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para as divulgações de resultados a partir do dia 1º de janeiro de 2013.

A partir de 2013, tornou-se obrigatória a adoção das normas IFRS 11 e IAS (*International Accounting Standard*) 19 na apresentação das demonstrações financeiras das companhias abertas, resultando nas seguintes alterações: (i) resultados provenientes de *joint ventures* (“JV”) deixam de ser consolidados de maneira proporcional e passam a ser reconhecidos através do método de equivalência patrimonial e (ii) ganhos e perdas atuariais decorrentes do benefício pós-emprego deixam de afetar o resultado operacional e passam a afetar o patrimônio líquido.

Com a finalidade de permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras com períodos anteriores à adoção das referidas alterações contábeis, os valores apresentados neste documento referentes a 2012 foram atualizados de acordo com a ICVM 527, o IFRS 11 e o IAS 19. O EBITDA segundo a ICVM 527, o IFRS 11 e o IAS 19 e o lucro líquido segundo o IAS 19 diferem do EBITDA e do lucro líquido anteriormente divulgados pela companhia, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Comentário do Desempenho

R\$ milhões	1T12	2T12	3T12	4T12	2012
EBITDA antes da ICVM 527	501,6	579,0	646,9	674,0	2.401,6
(+) Resultado na venda de bens	(1,5)	(2,7)	4,8	3,1	3,7
(+) Equivalência patrimonial	(0,0)	0,2	0,0	(0,0)	0,2
EBITDA após ICVM 527	500,1	576,5	651,8	677,1	2.405,4
(-) EBITDA JV	(3,2)	(2,4)	(3,7)	(8,4)	(17,8)
(+) Equivalência patrimonial JV	3,1	2,7	2,5	2,0	10,3
(+) Impacto de ganhos e perdas atuariais decorrentes do benefício pós-emprego	0,4	0,6	0,2	12,4	13,5
EBITDA após ICVM 527, IFRS 11 e IAS 19	500,2	577,4	650,8	683,0	2.411,4

R\$ milhões	1T12	2T12	3T12	4T12	2012
Lucro líquido conforme divulgado anteriormente	191,4	234,0	290,8	301,7	1.017,9
(+) Impacto de ganhos e perdas atuariais decorrentes do benefício pós-emprego	0,2	0,4	0,1	8,2	8,9
Lucro líquido após IAS 19	191,7	234,4	290,9	309,8	1.026,8

Comentário do Desempenho

(2) Análise do desempenho:

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida consolidada da Ultrapar cresceu 17%, atingindo R\$ 15.204 milhões no 2T13, em função do crescimento do volume apurado em todos os negócios. Em relação ao 1T13, a receita líquida da Ultrapar apresentou aumento de 12%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No primeiro semestre de 2013 a receita líquida da Ultrapar cresceu 13% em relação ao primeiro semestre de 2012, totalizando R\$ 28.804 milhões.

Ultragas: No 2T13, a Ultragas atingiu volume de vendas de 431 mil toneladas, 1% acima do 2T12, em função do crescimento de 7% no segmento granel, fruto dos investimentos realizados para captura de novos clientes e do maior número de dias úteis, com efeito estimado de 3%. Em relação ao 1T13, o volume vendido apresentou crescimento de 9%, principalmente em função da sazonalidade entre os períodos. No semestre, a Ultragas acumula um volume de vendas de 827 mil toneladas, estável em relação ao 1S12. A receita líquida da Ultragas foi de R\$ 1.005 milhões no 2T13, aumento de 3% e 9% em relação ao 2T12 e 1T13, respectivamente, principalmente em função do aumento no volume vendido e iniciativas comerciais. No 1S13, a receita líquida da Ultragas totalizou R\$ 1.925 milhões, aumento de 2% em relação ao 1S12.

Ipiranga: O volume de vendas da Ipiranga totalizou 6.128 mil metros cúbicos no 2T13, 7% acima do volume vendido no 2T12. No 2T13, o volume vendido de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) cresceu 10%, em função do crescimento da frota de veículos e dos investimentos realizados para a expansão da rede, em adição ao efeito do maior número de dias úteis no 2T13. O volume de diesel apresentou crescimento de 6% em relação ao 2T12, decorrente do crescimento de 8% do volume vendido do segmento revenda, fruto de investimentos realizados para a expansão da rede e do maior número de dias úteis. Em relação ao 1T13, houve aumento de 10% no volume total vendido, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No 1S13, a Ipiranga acumula um volume vendido de 11.703 mil metros cúbicos, crescimento de 5% sobre o volume do 1S12. A receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 13.301 milhões no 2T13, 18% acima da receita líquida do 2T12, principalmente em função (i) do maior volume vendido, (ii) dos aumentos dos custos do diesel e da gasolina promovidos pela Petrobras e (iii) da melhor composição de vendas, decorrente dos investimentos em expansão da rede de postos, permitindo maior participação do ciclo Otto e diesel segmento revenda. Em relação ao 1T13, a receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 12%, principalmente em função do volume sazonalmente maior e dos aumentos dos custos do diesel e da gasolina promovidos pela Petrobras durante o 1T13. No 1S13, a receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 25.159 milhões, aumento de 14% em relação ao 1S12.

Oxitenos: O volume de vendas da Oxitenos no 2T13 totalizou 207 mil toneladas, crescimento de 12% em relação ao 2T12. No mercado interno, o volume vendido cresceu 7% (10 mil tons), viabilizado pelos investimentos realizados para a expansão de capacidade ao longo dos últimos anos. Esse crescimento de volumes no mercado interno ocorreu praticamente em todos os segmentos atendidos pela companhia, com destaque para cosméticos, detergentes, tintas e vernizes. No mercado externo, o volume vendido apresentou aumento de 23% (12 mil tons), principalmente em função da aquisição da planta de especialidades químicas no Uruguai. Em relação ao 1T13, o volume de vendas foi 4% maior (9 mil tons), em função de maiores vendas de especialidades. O volume vendido pela Oxitenos no 1S13 totalizou 405 mil toneladas, 9% acima do volume vendido no 1S12. A receita líquida da Oxitenos totalizou R\$ 821 milhões no 2T13, 13% acima do 2T12, em função do volume vendido 12% maior e do Real 5% mais depreciado, parcialmente compensados pelo preço médio em dólar 4% menor. Em relação ao 1T13, a receita líquida aumentou 9%, principalmente em função do volume vendido 4% maior e do Real 4% mais depreciado. A receita líquida acumulada no 1S13 foi de R\$ 1.576 milhões, 15% acima do 1S12.

Ultracargo: No 2T13, a armazenagem média da Ultracargo cresceu 20% em relação ao 2T12, principalmente em função da aquisição do Temmar e maior movimentação nos terminais de Santos, Suape e Aratu. Em relação ao 1T13, a armazenagem média apresentou aumento de 17%, principalmente devido à maior movimentação de etanol e início das operações expandidas no terminal de Aratu. No semestre de 2013, a Ultracargo acumula uma variação positiva de 16% na ocupação média de seus terminais em relação ao 1S12. A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 86 milhões no 2T13, 19% e 13% acima do 2T12 e do 1T13, respectivamente, principalmente em função da maior armazenagem média dos terminais. No 1S13, a receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 161 milhões, 16% acima do 1S12.

Comentário do Desempenho

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados: No 2T13, o custo dos produtos vendidos da Ultrapar registrou aumento de 17% acima do 2T12, totalizando R\$ 14.044 milhões, em função do maior custo dos produtos vendidos em todos os negócios. Em relação ao 1T13, o custo dos produtos vendidos da Ultrapar apresentou aumento de 12%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No primeiro semestre de 2013, o custo dos produtos vendidos da Ultrapar apresentou um aumento de 13% em relação ao primeiro semestre de 2012, totalizando R\$ 26.580 milhões no semestre.

Ultragas: O custo dos produtos vendidos da Ultragas totalizou R\$ 854 milhões no 2T13, aumento de 2% em relação ao 2T12, principalmente em função do maior volume vendido e dos efeitos da inflação sobre os custos, especialmente fretes, parcialmente compensados por iniciativas para redução de custos ao longo dos últimos 12 meses. Em relação ao 1T13, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 8%, principalmente em função do volume 9% sazonalmente maior. No 1S13, o custo dos produtos vendidos da Ultragas foi de R\$ 1.643 milhões, crescimento de 1% em relação ao 1S12.

Ipiranga: O custo dos produtos vendidos da Ipiranga somou R\$ 12.535 milhões no 2T13, aumento de 18% em relação ao 2T12, em função do maior volume vendido e dos aumentos promovidos pela Petrobras nos custos (i) do diesel, em julho de 2012, janeiro e março de 2013, e (ii) da gasolina, em janeiro de 2013. Em relação ao 1T13, o custo dos produtos vendidos da Ipiranga apresentou aumento de 13%, principalmente em função do volume sazonalmente maior e pelos aumentos dos custos do diesel e da gasolina promovidos pela Petrobras durante o 1T13. No 1S13, o custo dos produtos vendidos da Ipiranga acumulou R\$ 23.661 milhões, 14% acima do montante apresentado no 1S12.

Oxitenos: O custo dos produtos vendidos da Oxitenos no 2T13 totalizou R\$ 630 milhões, 12% maior que o 2T12, principalmente em função do volume vendido 12% maior e do Real 5% mais depreciado, parcialmente compensados por custos variáveis unitários em dólares 4% menores, principalmente em decorrência da queda do preço internacional do eteno. Em relação ao 1T13, o custo dos produtos vendidos aumentou 5%, principalmente em função do Real 4% mais depreciado e do volume vendido 4% maior, parcialmente compensado pela redução nos custos variáveis unitários em dólares. No 1S13, o custo dos produtos vendidos da Oxitenos acumulou R\$ 1.230 milhões, 13% acima do montante apresentado no 1S12.

Ultracargo: O custo dos serviços prestados da Ultracargo no 2T13 foi de R\$ 33 milhões, 16% acima do 2T12, principalmente em razão da maior armazenagem média e da maior depreciação, resultante das expansões de capacidade e da aquisição do Temmar. Em relação ao 1T13, o custo dos serviços prestados aumentou 5%. No 1S13, o custo dos serviços prestados da Ultracargo totalizou R\$ 64 milhões, 17% acima do 1S12.

Lucro bruto: A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 1.160 milhões no 2T13, aumento de 15% em relação ao 2T12, em função do aumento do lucro bruto observado nos quatro negócios da Ultrapar. Em relação ao 1T13, o lucro bruto da Ultrapar apresentou aumento de 9%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No 1S13, a Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 2.224 milhões, aumento de 17% em relação ao 1S12.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar somaram R\$ 676 milhões no 2T13, aumento de 11% em relação ao 2T12. Em relação ao 1T13, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar registraram aumento de 3%. No primeiro semestre de 2013, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar somaram R\$ 1.334 milhões, 13% acima do primeiro semestre de 2012.

Ultragas: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragas totalizaram R\$ 111 milhões no 2T13, 4% acima do 2T12, principalmente em função (i) dos efeitos da inflação sobre despesas com pessoal, (ii) do maior volume vendido e (iii) da maior remuneração variável, parcialmente compensados por iniciativas para redução de despesas. Em relação ao 1T13, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragas apresentaram aumento de 12%, principalmente em decorrência do volume sazonalmente maior e de maiores despesas em campanhas de marketing e vendas. No 1S13, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragas totalizaram R\$ 209 milhões, aumento de 3% em relação ao 1S12.

Ipiranga: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 423 milhões no 2T13, 7% acima do 2T12, principalmente em função (i) do maior volume vendido e de maiores despesas unitárias

Comentário do Desempenho

com frete, decorrentes principalmente dos aumentos do custo de diesel e inflação, (ii) da expansão da rede de distribuição e (iii) dos efeitos da inflação sobre as despesas com pessoal, parcialmente compensados por despesas não recorrentes de R\$ 13 milhões relacionadas ao retorno da marca Ipiranga às regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil no 2T12. Em relação ao 1T13, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga apresentaram redução de 3%, principalmente em função de maior concentração de despesas com propaganda e marketing no 1T13, parcialmente compensadas pelo volume sazonalmente maior. No 1S13, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 857 milhões, aumento de 11% em relação ao 1S12.

Oxitenos: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxitenos totalizaram R\$ 118 milhões no 2T13, aumento de 23% em relação ao 2T12, principalmente em função (i) de maiores despesas com logística, decorrentes do maior volume de vendas, de maiores despesas unitárias com frete nacional e do efeito da desvalorização do Real; (ii) do início das operações da companhia nos Estados Unidos; (iii) da aquisição da planta de especialidades químicas no Uruguai e (iv) dos efeitos da inflação sobre as despesas. Em relação ao 1T13, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxitenos apresentaram aumento de 11%, principalmente em função de maiores despesas com logística e maior remuneração variável. As despesas gerais, administrativas e de vendas foram de R\$ 224 milhões no 1S13, aumento de 24% em relação ao 1S12.

Ultracargo: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo totalizaram R\$ 25 milhões no 2T13, aumento de 48% em relação ao 2T12, principalmente em função (i) dos efeitos da inflação sobre as despesas, (ii) da aquisição do Temmar e (iii) de maiores despesas pontuais com projetos e com clientes. Em relação ao 1T13, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo apresentaram aumento de 20%, principalmente em função de maiores despesas pontuais com projetos e com clientes. As despesas gerais, administrativas e de vendas foram de R\$ 46 milhões no 1S13, aumento de 36% em relação ao 1S12.

Depreciação e amortização: O total de custos e despesas com depreciação e amortização no 2T13 foi de R\$ 193 milhões, 15% acima do 2T12, em função dos maiores investimentos realizados, com destaque para a Ipiranga, e das aquisições do Temmar e da planta de especialidades químicas no Uruguai. Em relação ao 1T13, o total de custos e despesas com depreciação e amortização apresentou aumento de 2%. No 1S13, o total de custos e despesas com depreciação da Ultrapar foi R\$ 382 milhões, 16% acima do 1S12.

Lucro operacional: A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 513 milhões no 2T13, 26% acima do lucro operacional do 2T12, em função do aumento do lucro operacional observado nos quatro negócios da Ultrapar. Em relação ao 1T13, o lucro operacional da Ultrapar apresentou aumento de 20%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No 1S13, a Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 940 milhões, 26% maior que o lucro operacional apresentado no 1S12.

Resultado financeiro: A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 94 milhões no 2T13, R\$ 7 milhões acima do 2T12, principalmente em função dos efeitos na variação cambial e de impostos. Em relação ao 1T13, a despesa financeira líquida foi R\$ 34 milhões maior, principalmente em função dos mesmos fatores acima e da maior dívida líquida média. O endividamento líquido ao final do 2T13 totalizava R\$ 3.590 milhões, correspondente a 1,4x EBITDA dos últimos 12 meses, em comparação ao índice de 1,5x no 2T12 e no 1T13. No 1S12, a Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 155 milhões, R\$ 2 milhões acima do 1S12.

Imposto de renda e contribuição social / Incentivos fiscais: A Ultrapar apresentou no 2T13 uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 135 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 89 milhões no 2T12 e R\$ 117 milhões no 1T13, aumento de 52% e 15%, respectivamente, principalmente em função do aumento no lucro antes dos impostos. No 1S13, a Ultrapar apresentou uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 253 milhões, 48% acima do 1S12.

Lucro líquido: O lucro líquido do 2T13 atingiu R\$ 284 milhões, 21% e 15% acima do 2T12 e 1T13, respectivamente, em função do crescimento do EBITDA entre os períodos. No 1S13, a Ultrapar acumulou um lucro líquido de R\$ 530 milhões, 24% acima do 1S12.

Comentário do Desempenho

EBITDA: O EBITDA consolidado da Ultrapar totalizou R\$ 706 milhões no 2T13, 22% acima do 2T12, em função do crescimento no EBITDA em todos os negócios. Em relação ao 1T13, o EBITDA da Ultrapar aumentou 15%, em função do maior EBITDA em todos os negócios. No primeiro semestre de 2013, o EBITDA da Ultrapar totalizou R\$ 1.320 milhões, aumento de 22% em relação ao primeiro semestre de 2012.

Ultragaz: A Ultragaz apresentou EBITDA de R\$ 74 milhões no 2T13, 17% acima do 2T12, principalmente em função das iniciativas comerciais e de redução de gastos implementadas ao longo dos últimos trimestres e do maior volume vendido. Em relação ao 1T13, o EBITDA da Ultragaz aumentou 16%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S13, o EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 137 milhões, 12% acima do 1S12.

Ipiranga: A Ipiranga apresentou EBITDA de R\$ 480 milhões no 2T13, 28% acima do 2T12, equivalente a uma margem EBITDA unitária de R\$ 78/m³, principalmente em função (i) do maior volume vendido, principalmente no segmento revenda, (ii) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto e (iii) dos efeitos da evolução dos custos do diesel, parcialmente compensados por maiores despesas com frete e itens não recorrentes com impacto líquido positivo de R\$ 9 milhões no 2T12 (ganho de R\$ 22 milhões na venda relevante de terreno e despesas de R\$ 13 milhões relacionadas ao retorno da marca Ipiranga às regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil). Em relação ao 1T13, o EBITDA da Ipiranga foi 11% maior, principalmente em função do volume sazonalmente maior e de menores despesas com propaganda e marketing. No 1S13, o EBITDA da Ipiranga totalizou R\$ 912 milhões, 28% acima do 1S12.

Oxiten: A Oxiten apresentou EBITDA de R\$ 107 milhões no 2T13, ou US\$ 250/ton, 8% acima do 2T12, principalmente em função do maior volume vendido e do efeito do Real 5% mais depreciado, parcialmente compensados por maiores despesas unitárias com logística e por gastos relacionados ao início das operações da companhia nos Estados Unidos e no Uruguai. Em relação ao 1T13, o EBITDA da Oxiten apresentou aumento de 33%, principalmente em função do maior volume vendido, da desvalorização do Real durante o 2T13 e da queda do preço internacional do eteno. No 1S13, o EBITDA da Oxiten totalizou R\$ 188 milhões, 14% acima do 1S12.

Ultracargo: A Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 42 milhões no 2T13, 18% acima do 2T12, principalmente em função da maior armazenagem média dos terminais, parcialmente compensada por maiores despesas. Em relação ao 1T13, o EBITDA da Ultracargo foi 18% maior, principalmente em função da maior ocupação média em seus terminais. No 1S13, o EBITDA da Ultracargo totalizou R\$ 78 milhões, aumento de 15% em relação ao 1S12.

EBITDA

R\$ milhões	2T13	2T12	1T13	Variação		1S13	1S12	Variação
				2T13 X 2T12	2T13 X 1T13			1S13 X 1S12
Ultrapar	706,0	577,4	614,0	22%	15%	1.319,9	1.077,6	22%
Ultragaz	73,6	62,9	63,5	17%	16%	137,1	122,9	12%
Ipiranga	479,6	375,0	432,1	28%	11%	911,7	711,9	28%
Oxiten	107,1	98,8	80,6	8%	33%	187,6	165,2	14%
Ultracargo	42,3	35,7	35,9	18%	18%	78,2	67,8	15%

- (1) O EBITDA apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa (receita) financeira líquida e (iii) da depreciação e amortização, apresentado de acordo com a ICVM 527. A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada à uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA como referência em obrigações (covenants) relacionadas a alguns de nossos

Comentário do Desempenho

contratos de financiamento, conforme comentado na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e, conseqüentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Segue abaixo o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	2T13	2T12	1T13	1S13	1S12
Lucro líquido	283,7	234,4	246,5	530,2	426,1
(+) Imposto de renda e contribuição social	135,3	88,8	117,4	252,6	170,9
(+) Despesa (receita) financeira líquida	94,2	87,1	60,6	154,8	152,5
(+) Depreciação e amortização	192,8	167,0	189,4	382,2	328,2
EBITDA	706,0	577,4	614,0	1.319,9	1.077,6

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que nossos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram, no período referente aos primeiros seis meses de 2013, quaisquer outros serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e revisão das informações trimestrais da Ultrapar e controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma Sociedade Anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”) e na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”). A Sociedade também atua na atividade de refino de petróleo, por meio de participação compartilhada na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”).

2 Resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o *International Accounting Standards* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), conforme emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) do BR GAAP. Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que para fins de IFRS seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

As receitas de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes e GLP), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Instrumentos financeiros

Conforme IAS 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- **Empréstimos e recebíveis:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- *Hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*): No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais.

Os investimentos em sociedades coligadas em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que esteja sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide nota explicativa nº 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGC”) para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e da marca “*am/pm*”, a Sociedade e suas controladas não possuem contabilizados ativos intangíveis com vida útil indefinida.

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j).

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d).

o. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado até a conclusão de cada transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

r. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em resultados abrangentes e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 8.714 de ganho cambial (R\$ 12.621 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2012).

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
American Chemical I.C.S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

Conforme IAS 29, a Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

A controlada American Chemical I.C.S.A. (“American Chemical”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano, considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 30 de junho de 2013 totalizou R\$ 2.667 (ganho de R\$ 2.036 em 30 de junho de 2012).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos*

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e suas controladas utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 22), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5), determinações de provisões para imposto de renda (nota explicativa nº 9), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 13), provisão para retirada de tanques (nota explicativa nº 18), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23 itens a, b ,c ,d) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 24.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

t. *Redução ao valor recuperável de ativos*

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram, nas projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP – vide nota explicativa nº 7). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas informações trimestrais, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS.

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

v. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

w. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor em 1 de janeiro de 2013 e alteraram as demonstrações financeiras e informações trimestrais anteriormente divulgadas pela Sociedade em 2012:

- (1) adoção do IFRS 11 (CPC 19 (R2)) – “Negócios em conjunto”: os investimentos na RPR, Maxfácil Participações S.A. (“Maxfácil”), União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”) e ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) deixaram de ser consolidados proporcionalmente à participação da Sociedade e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.
- (2) alteração ao IAS 19 Revisado (CPC 33(R2)) – “Benefícios a empregados”: os ganhos e perdas atuariais deixaram de ser reconhecidos no resultado e passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Os custos dos serviços passados na data da transição foram reconhecidos no patrimônio líquido em lucros acumulados. A partir da adoção inicial do IAS 19 revisado, os custos dos serviços passados serão reconhecidos no resultado quando apurados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Nas tabelas abaixo são demonstrados os efeitos da adoção dessas normas no balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e na demonstração de resultado e demonstração dos fluxos de caixa consolidados de 30 de junho de 2012.

Balanço patrimonial

	31/12/2012 divulgado	Efeitos do IFRS 11	Efeitos do IAS 19 (R2011)	31/12/2012 reapresentado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.050.051	(28.937)	-	2.021.114
Aplicações financeiras	962.136	(952)	-	961.184
Contas a receber	2.306.798	(277)	-	2.306.521
Estoques	1.299.807	(9.113)	-	1.290.694
Impostos a recuperar	483.201	(5.242)	-	477.959
Demais contas a receber	20.541	(78)	-	20.463
Dividendos a receber	-	1.292	-	1.292
Despesas antecipadas	54.036	(225)	-	53.811
Total do ativo circulante	7.176.570	(43.532)	-	7.133.038
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	465.190	(834)	4.975	469.331
Depósitos judiciais	534.009	(280)	-	533.729
Despesas antecipadas	80.856	(1.204)	-	79.652
Investimentos - empreendimentos controlados em conjunto	-	28.209	-	28.209
Imobilizado	4.701.406	(34.386)	-	4.667.020
Intangível	1.968.615	(3.319)	-	1.965.296
Outros ativos não circulante	373.279	-	-	373.279
Total do ativo não circulante	8.123.355	(11.814)	4.975	8.116.516
Total do ativo	15.299.925	(55.346)	4.975	15.249.554
Passivo circulante				
Financiamentos	1.573.463	(432)	-	1.573.031
Debêntures	65.663	(12.713)	-	52.950
Fornecedores	1.312.268	(14.533)	-	1.297.735
Salários e encargos	254.566	(2.040)	-	252.526
Obrigações tributárias	107.822	(149)	-	107.673
Dividendos propostos a pagar	222.370	(19)	-	222.351
Imposto de renda e contribuição social a pagar	75.363	(128)	-	75.235
Benefícios pós-emprego	11.624	(1.589)	-	10.035
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	50.052	(538)	-	49.514
Demais contas a pagar	52.514	3.939	-	56.453
Outros passivos circulante	23.747	-	-	23.747
Total do passivo circulante	3.749.452	(28.202)	-	3.721.250
Passivo não circulante				
Financiamentos	3.153.096	(1.408)	-	3.151.688
Debêntures	1.403.571	(8.301)	-	1.395.270
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	551.606	(643)	-	550.963
Benefícios pós-emprego	120.619	(16.792)	14.633	118.460
Outros passivos não circulante	305.845	-	-	305.845
Total do passivo não circulante	5.534.737	(27.144)	14.633	5.522.226
Total do patrimônio líquido	6.015.736	-	(9.658)	6.006.078
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.299.925	(55.346)	4.975	15.249.554

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*Demonstração do resultado

	<u>30/06/2012</u> <u>divulgado</u>	<u>Efeitos do</u> <u>IFRS 11</u>	<u>Efeitos do</u> <u>IAS 19 (R2011)</u>	<u>30/06/2012</u> <u>reapresentado</u>
Receita líquida de vendas e serviços	25.449.601	(20.636)	-	25.428.965
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(23.534.916)	12.170	-	(23.522.746)
Despesas com vendas e comerciais, gerais e administrativas e outros resultados operacionais	(1.163.696)	4.300	949	(1.158.447)
Resultado na venda de bens	(4.249)	(18)	-	(4.267)
Resultado financeiro, líquido	(147.770)	(4.745)	-	(152.515)
Imposto de renda e contribuição social	(173.709)	3.135	(323)	(170.897)
Equivalência patrimonial	174	5.794	-	5.968
Lucro líquido	425.435	-	626	426.061

Demonstração do fluxo de caixa

	<u>30/06/2012</u> <u>divulgado</u>	<u>Efeitos do</u> <u>IFRS 11</u>	<u>Efeitos do</u> <u>IAS 19 (R2011)</u>	<u>30/06/2012</u> <u>reapresentado</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	810.754	1.110	-	811.864
Caixa líquido utilizado pelas atividades investimentos	(548.447)	(1.463)	-	(549.910)
Caixa líquido utilizado pelas atividades financiamentos	(545.183)	(1.431)	-	(546.614)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	(282.635)	(1.784)	-	(284.419)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.790.954	(25.448)	-	1.765.506
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.508.319	(27.232)	-	1.481.087

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor em 1 de janeiro de 2013 e não impactaram as demonstrações financeiras e informações trimestrais anteriormente divulgadas pela Sociedade em 2012:

- Demonstrações financeiras consolidadas - IFRS 10 e orientações de transição
- Divulgações de participações em outras entidades - IFRS 12 e orientações de transição
- Alterações ao IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas
- Alterações ao IAS 28 - Investimentos em coligadas e controladas
- Mensuração ao valor justo - IFRS 13

Os seguintes pronunciamentos do IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2013, porém o CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IAS/IFRS. A adoção desses pronunciamentos está condicionada à aprovação em ato normativo da CVM e não há expectativa de impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade e suas controladas:

- Alterações ao IAS 1 – Apresentação de outros resultados abrangentes
- Alterações ao IFRS 7 – Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 30 de junho de 2013:

	<u>Vigente em</u>
• Alterações ao IAS 32 – Apresentação de instrumentos financeiros	2014
• Instrumentos financeiros – IFRS 9	2015

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IAS/IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

x. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 31 de julho de 2013.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	% de participação no capital social			
		30/06/2013		31/12/2012	
		Controle		Controle	
		Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99
Temmar - Terminal Marítimo do Maranhão S.A.	Brasil	-	100	-	100
Melamina Ultra S.A. Indústria Química	Brasil	-	-	-	99
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100
American Chemical I.C.S.A.	Uruguai	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiten Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S	Colômbia	-	100	-	100
Oxiten Shanghai Trading LTD.	China	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em junho de 2013, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada Melamina Ultra S.A. Indústria Química foi incorporada pela controladora Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”).

A Sociedade e suas controladas mantêm participação compartilhada nas seguintes empresas, nas quais os estatutos sociais estabelecem o controle conjunto. Essas joint ventures são reconhecidas na Sociedade e em suas controladas utilizando-se o método da equivalência patrimonial, conforme requerido pelo IFRS 11 (CPC 19 (R2)) – vide nota explicativa nº 11.b).

		% de participação no capital social			
		30/06/2013		31/12/2012	
		Controle		Controle	
	Localidade	Direto	Indireto	Direto	Indireto
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	Brasil	-	50	-	50
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	-	50	-	50
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Brasil	33	-	33	-

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Combinação de negócios – aquisição da American Chemical I.C.S.A.

Em 1 de novembro de 2012, a Sociedade, através da sua controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”), adquiriu a totalidade das ações da American Chemical, empresa uruguaia de especialidades químicas, que possui uma planta em Montevideu com capacidade de produção de 81 mil toneladas de especialidades químicas, em particular tensoativos sulfonados e sulfatados para os mercados de cosméticos e detergentes e produtos para a indústria de couro. O valor total pago foi R\$ 113.603, incluindo ajuste de capital de giro no montante de R\$ 6.168, efetuado no 1º trimestre de 2013.

O valor pago pela aquisição das ações está sendo alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. A apuração dos valores justos do estoque, do imobilizado e do intangível foi concluída no 1º semestre de 2013. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 44.856.

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	7.147	Financiamentos	32.481
Contas a receber	31.169	Fornecedores	32.443
Estoques	33.459	Salários e encargos a pagar	3.431
Tributos a recuperar	3.163	Outros	<u>1.869</u>
Outros	<u>1.906</u>		70.224
	76.844		
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Imobilizado	68.420	Financiamentos	7.362
Intangível	1.969	Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>8.365</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.465		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	<u>44.856</u>		15.727
	122.710	Total dos passivos assumidos	<u>85.951</u>
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>199.554</u>	Valor pago	<u>113.603</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), debêntures e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos emitidos pelo governo norte-americano; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Consolidado) totalizaram R\$ 3.189.209 em 30 de junho de 2013 (R\$ 3.131.828 em 31 de dezembro de 2012) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	90	173	40.711	35.786
Em moeda estrangeira	-	-	55.621	43.866
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	546.804	76.808	1.959.385	1.912.217
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	4.444	29.245
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>546.894</u>	<u>76.981</u>	<u>2.060.161</u>	<u>2.021.114</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificados como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	33.253	216	664.122	641.022
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	334.682	290.636
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	130.244	179.056
Total de aplicações financeiras	<u>33.253</u>	<u>216</u>	<u>1.129.048</u>	<u>1.110.714</u>
Circulante	<u>33.253</u>	<u>216</u>	<u>1.024.515</u>	<u>961.184</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>104.533</u>	<u>149.530</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***5 Contas a receber de clientes (Consolidado)**

	30/06/2013	31/12/2012
Clientes nacionais	2.299.293	2.130.816
Financiamentos a clientes – Ipiranga	268.292	276.937
Clientes estrangeiros	186.403	164.943
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(140.009)</u>	<u>(128.816)</u>
	<u>2.613.979</u>	<u>2.443.880</u>
 Circulante	 <u>2.483.474</u>	 <u>2.306.521</u>
 Não circulante	 <u>130.505</u>	 <u>137.359</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes bruto é assim demonstrada:

	Total	Vencidos					> 180 dias
		A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	
30/06/2013	2.753.988	2.473.909	76.428	10.712	6.161	14.073	172.705
31/12/2012	2.572.696	2.270.632	81.666	18.463	8.932	25.885	167.118

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31/12/2012	128.816
Adições	15.460
Baixas por utilização	<u>(4.267)</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>140.009</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***6 Estoques (Consolidado)**

	30/06/2013			31/12/2012		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	258.395	(5.360)	253.035	262.667	(6.314)	256.353
Produtos em elaboração	2.054	-	2.054	1.914	-	1.914
Matérias-primas	191.889	(135)	191.754	205.252	(297)	204.955
Gás liquefeito de petróleo - GLP	39.625	-	39.625	36.820	-	36.820
Combustíveis, lubrificantes e graxas	730.885	(728)	730.157	629.527	(635)	628.892
Materiais de consumo e vasilhames para revenda	60.796	(1.122)	59.674	63.226	(1.197)	62.029
Adiantamentos a fornecedores	95.046	-	95.046	72.899	-	72.899
Imóveis para revenda	25.240	-	25.240	26.832	-	26.832
	<u>1.403.930</u>	<u>(7.345)</u>	<u>1.396.585</u>	<u>1.299.137</u>	<u>(8.443)</u>	<u>1.290.694</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31/12/2012	8.443
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(1.174)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	76
Saldo em 30/06/2013	<u>7.345</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/06/2013	31/12/2012
Ajuste ao valor de realização	4.236	5.410
Obsolescência e outras perdas	<u>3.109</u>	<u>3.033</u>
Total	<u>7.345</u>	<u>8.443</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
IRPJ e CSLL ⁽¹⁾	45.694	89.265	143.106	190.499
ICMS	-	-	196.523	198.041
Provisão para perdas de ICMS (*)	-	-	(60.720)	(61.717)
Ajuste a valor presente do ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP (vide nota explicativa nº 2.u)	-	-	(482)	(747)
PIS e COFINS	-	-	124.095	156.491
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e American Chemical	-	-	31.606	32.626
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	3.853	4.117
Outros	-	-	7.691	7.719
Total	45.694	89.265	445.672	527.029
Circulante	45.694	63.266	401.077	477.959
Não circulante	-	25.999	44.595	49.070

⁽¹⁾ A redução do saldo de IRPJ e CSLL a recuperar deve-se a sua compensação com o IRPJ e CSLL a pagar incidente sobre os juros sobre capital próprio recebidos pela Controladora no segundo trimestre de 2013.

(*) A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31/12/2012	61.717
Adições	2.206
Baixas por recebimento	(3.203)
Saldo em 30/06/2013	<u>60.720</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- Controladora

	<u>Ativo</u>		<u>Resultado financeiro</u>
	Debêntures		
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.		<u>767.149</u>	<u>38.872</u>
Total em 30/06/2013		<u>767.149</u>	<u>38.872</u>

	<u>Ativo</u>			<u>Resultado financeiro</u>
	Contas a receber	Debêntures	Total	
Companhia Ultragas S.A.	7.293	-	7.293	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	3.003	-	3.003	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	858	-	858	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	<u>3.861</u>	<u>766.297</u>	<u>770.158</u>	<u>52.591</u>
Total em 31/12/2012	<u>15.015</u>	<u>766.297</u>	<u>781.312</u>	
Total em 30/06/2012				<u>52.591</u>

Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*• **Consolidado**

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber¹	A pagar¹
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	2.775
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	2.377
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	299	-
Outros	490	826	-	-
Total em 30/06/2013	<u>10.858</u>	<u>3.872</u>	<u>299</u>	<u>5.152</u>

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber¹	A pagar¹
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	926
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	275
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	9.871	-
Outros	490	826	-	-
Total em 31/12/2012	<u>10.858</u>	<u>3.872</u>	<u>9.871</u>	<u>1.201</u>

¹Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	5.981
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	15.188
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	<u>4.662</u>	-
Total em 30/06/2013	<u>4.665</u>	<u>21.169</u>

	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	6.420
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	<u>11.617</u>
Total em 30/06/2012	<u>3</u>	<u>18.037</u>

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA[®], e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b).

Em 30 de junho de 2013, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 15.563 (R\$ 15.100 em 30 de junho de 2012). Deste total, R\$ 12.929 referem-se à remuneração de curto prazo (R\$ 12.886 em 30 de junho de 2012), R\$ 1.893 a remuneração em ações (R\$ 1.616 em 30 de junho de 2012) e R\$ 741 (R\$ 598 em 30 de junho de 2012) a benefício pós-emprego.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. O valor total concedido a executivos até 30 de junho de 2013, incluindo encargos tributários, foi R\$ 63.643 (R\$ 63.643 até 31 de dezembro de 2012). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao período findo em 30 de junho de 2013 no montante de R\$ 4.950 (R\$ 2.549 no período findo em 30 de junho de 2012) foi registrada como despesa geral e administrativa. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos acumulados	Custos de remuneração não reconhecidos
7 de novembro de 2012	350.000	5 a 7 anos	42,90	20.710	(2.345)	18.365
14 de dezembro de 2011	120.000	5 a 7 anos	31,85	5.272	(1.418)	3.854
10 de novembro de 2010	260.000	5 a 7 anos	26,78	9.602	(4.349)	5.253
16 de dezembro de 2009	250.000	5 a 7 anos	20,75	7.155	(4.355)	2.800
8 de outubro de 2008	576.000	5 a 7 anos	9,99	8.090	(6.556)	1.534
12 de dezembro de 2007	106.640	5 a 7 anos	16,17	3.570	(3.246)	324
9 de novembro de 2006	207.200	10 anos	11,62	3.322	(2.215)	1.107
14 de dezembro de 2005	93.600	10 anos	8,21	1.060	(804)	256
4 de outubro de 2004	167.900	10 anos	10,20	2.361	(2.066)	295
18 de dezembro de 2003	239.200	10 anos	7,58	2.501	(2.397)	104
	<u>2.370.540</u>			<u>63.643</u>	<u>(29.751)</u>	<u>33.892</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	28.228	27.503
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7	6	110.786	110.563
Provisão para benefícios pós-emprego (vide nota explicativa nº 24.b)	-	-	46.086	43.450
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	-	21.710
Parcela referente ao ágio sobre investimentos (vide nota explicativa nº 13)	-	-	95.780	134.598
Provisão para retirada de tanques	-	-	14.317	13.855
Demais provisões	-	37	75.130	60.768
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	60.296	56.884
Total	7	43	430.623	469.331
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	3.192	3.259
Arrendamento mercantil	-	-	5.957	6.255
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	50.582	65.299
Provisão para ágio/deságio sobre investimentos	-	-	5.426	950
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	4.242	3.489
Demais provisões	-	-	16.523	5.672
Total	-	-	85.922	84.924

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	155.683
De 1 a 2 anos	-	85.163
De 2 a 3 anos	-	54.820
De 3 a 5 anos	7	32.989
De 5 a 7 anos	-	65.932
De 7 a 10 anos	-	36.036
	<u>7</u>	<u>430.623</u>

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	2.892	13.833	784.894	590.990
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(983)</u>	<u>(4.703)</u>	<u>(266.864)</u>	<u>(200.936)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Provisões operacionais e despesas indedutíveis/receitas não tributáveis	(355)	-	(12.026)	(1.091)
Ajuste do lucro presumido	-	-	3.206	16.171
Juros sobre capital próprio	(59.617)	-	(218)	-
Demais ajustes	<u>11</u>	<u>12</u>	<u>1.156</u>	<u>(1.816)</u>
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(60.944)</u>	<u>(4.691)</u>	<u>(274.746)</u>	<u>(187.673)</u>
Incentivos fiscais – SUDENE	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.100</u>	<u>16.776</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(60.944)</u>	<u>(4.691)</u>	<u>(252.646)</u>	<u>(170.897)</u>
Corrente	(60.908)	(4.069)	(244.695)	(143.841)
Diferido	(36)	(622)	(30.051)	(43.832)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	22.100	16.776

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia ⁽¹⁾	75	2012
	Base de Mataripe	75	2013
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Aratu ⁽²⁾	75	2012
	Terminal de Suape	75	2020
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2022

⁽¹⁾ Será protocolado na SUDENE, no segundo semestre de 2013, pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face do aumento de produção verificado na base de Caucaia.

⁽²⁾ Foi protocolado em abril de 2013 na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face da modernização verificada no terminal de Aratu.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de junho de 2013, a Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 181.181 (R\$ 171.409 em 31 de dezembro de 2012) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 166.675 (R\$ 155.911 em 31 de dezembro de 2012), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 60.296 em 30 de junho de 2013 (R\$ 56.884 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	30/06/2013	31/12/2012
Aluguéis	69.134	60.931
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	27.343	31.438
Manutenção de software	8.974	11.168
Prêmios de seguros	10.303	15.612
Propaganda e publicidade ⁽¹⁾	55.230	6.218
Compras de vale alimentação e transporte	4.341	4.545
Tributos e demais despesas antecipadas	<u>7.805</u>	<u>3.551</u>
	<u>183.130</u>	<u>133.463</u>
Circulante	<u>99.633</u>	<u>53.811</u>
Não circulante	<u>83.497</u>	<u>79.652</u>

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2013, R\$ 26.472 referem-se às ações de marketing que serão realizadas em 2014 devido à Copa do Mundo de Futebol.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

	30/06/2013			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.045.674	3.015.753	8.688.041	205.547
Passivo	19.985	588.946	6.803.047	146.666
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	1.025.689	2.426.807	1.884.994	58.881
Receita líquida de vendas e serviços	-	440.367	25.132.229	101.830
Lucro líquido do período após ajuste de lucros não realizados	37.178	81.430	464.944	7.120
	31/12/2012			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.008.765	3.142.610	8.934.599	229.328
Passivo	19.921	789.697	6.493.500	169.820
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	988.511	2.349.275	2.435.502	59.508
	30/06/2012			
Receita líquida de vendas e serviços	-	445.233	21.987.271	60.703
Lucro líquido do período após ajuste de lucros não realizados	39.561	70.682	301.786	6.089

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	988.844	2.352.973	2.441.115	19.759	5.802.691
Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	(333)	(3.698)	(5.613)	-	(9.644)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 - reapresentado	988.511	2.349.275	2.435.502	19.759	5.793.047
Equivalência patrimonial	37.178	81.430	464.944	1.404	584.956
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	-	(315.435)	(1.612)	(317.047)
Redução de capital	-	-	(700.000)	-	(700.000)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(21)	-	(21)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	9	4	-	13
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(3.907)	-	-	(3.907)
Saldo em 30 de junho de 2013	1.025.689	2.426.807	1.884.994	19.551	5.357.041

	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	780.883	2.206.872	2.284.440	18.904	5.291.099
Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	(361)	(4.140)	(6.038)	-	(10.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 - reapresentado	780.522	2.202.732	2.278.402	18.904	5.280.560
Equivalência patrimonial	39.561	70.682	301.786	2.023	414.052
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	-	(191.621)	(2.432)	(194.053)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(52)	-	(52)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(103)	(59)	-	(162)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	9.523	-	-	9.523
Saldo em 30 de junho de 2012	820.083	2.282.834	2.388.456	18.495	5.509.868

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)**

Movimentação dos investimentos				
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31/12/2012	5.714	19.759	2.736	28.209
Aporte de capital	-	-	12.580	12.580
Dividendos recebidos	-	(1.612)	-	(1.612)
Equivalência patrimonial	<u>692</u>	<u>1.404*</u>	<u>(4.564)</u>	<u>(2.468)</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>6.406</u>	<u>19.551</u>	<u>10.752</u>	<u>36.709</u>

* inclui ajustes referentes à conclusão dos trabalhos de auditoria de 2012.

Movimentação dos investimentos				
	União Vopak	RPR	Maxfácil	Total
Saldo em 31/12/2011	6.331	18.904	95.568	120.803
Dividendos recebidos	(649)	(2.432)	(7.672)	(10.753)
Equivalência patrimonial	<u>598</u>	<u>2.023</u>	<u>3.173</u>	<u>5.794</u>
Saldo em 30/06/2012	<u>6.280</u>	<u>18.495</u>	<u>91.069</u>	<u>115.844</u>

30/06/2013			
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.550	110.107	13.687
Ativo não circulante	9.652	95.440	15.073
Passivo circulante	1.390	39.175	7.258
Passivo não circulante	-	107.491	-
Patrimônio líquido	12.812	58.881	21.502
Receita líquida	6.404	101.830	1.379
Custos e despesas operacionais	(4.412)	(91.146)	(15.145)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(608)	(3.564)	4.638
Lucro (prejuízo) líquido	1.384	7.120	(9.128)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	25.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2012		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.254	137.729	12.616
Ativo não circulante	9.908	91.599	9.363
Passivo circulante	2.734	88.070	16.507
Passivo não circulante	-	81.750	-
Patrimônio líquido	11.428	59.908	5.472
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	25.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

	30/06/2012		
	União Vopak	RPR	Maxfácil
Receita líquida	8.018	60.703	462
Custos e despesas operacionais	(6.309)	(51.074)	(195)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(513)	(3.540)	6.079
Lucro líquido	1.196	6.089	6.346
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	10.997
Participação no capital social - %	50	33	50

A Sociedade participa da RPR, que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo Participações participa da União Vopak, que tem como atividade principal a armazenagem de graneis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP") participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, iniciou sua operação em 23 de abril de 2013 no Estado de São Paulo.

A controlada IPP participava da Maxfácil, que tinha como atividade principal a administração de cartões de crédito de bandeira Ipiranga. Em novembro de 2012, a Maxfácil foi cindida entre as sócias na proporção de suas participações e posteriormente incorporada por cada uma.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2013.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

	Movimentação dos investimentos			Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	
Saldo em 31/12/2012	7.014	2.020	3.636	12.670
Equivalência patrimonial	<u>469</u>	<u>(39)</u>	<u>(4)</u>	<u>426</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>7.483</u>	<u>1.981</u>	<u>3.632</u>	<u>13.096</u>

	Movimentação dos investimentos			Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	
Saldo em 31/12/2011	6.828	2.105	3.693	12.626
Dividendos recebidos	(146)	-	-	(146)
Equivalência patrimonial	<u>139</u>	<u>96</u>	<u>(61)</u>	<u>174</u>
Saldo em 30/06/2012	<u>6.821</u>	<u>2.201</u>	<u>3.632</u>	<u>12.654</u>

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de maio de 2013, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2013.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/06/2013				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	10.636	16.548	93	357	287
Ativo não circulante	20.299	76.675	9.852	611	2.926
Passivo circulante	671	9.707	-	26	121
Passivo não circulante	332	75.592	2.681	1.709	3.794
Patrimônio líquido	29.932	7.924	7.264	(767)	(702)
Receita líquida	3.975	15.629	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(2.147)	(15.848)	(25)	(86)	182
Resultado financeiro e imposto de renda	48	63	17	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	1.876	(156)	(8)	(86)	182
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

	31/12/2012				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	8.074	15.300	207	364	30
Ativo não circulante	20.881	88.938	9.745	678	3.150
Passivo circulante	565	7.712	-	15	92
Passivo não circulante	332	88.446	2.682	1.708	3.972
Patrimônio líquido	28.058	8.080	7.270	(681)	(884)

	30/06/2012				
Receita líquida	2.457	16.479	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(2.015)	(15.958)	(72)	(74)	254
Resultado financeiro e imposto de renda	110	(138)	(49)	3	(11)
Lucro (prejuízo) líquido	553	383	(121)	(71)	244
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2012	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Mais valia American Chemical ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 30/06/2013
Custo:									
Terrenos	-	403.563	3.760	-	(10)	(4.480)	6.881	880	410.594
Edificações	28	1.152.647	641	-	31.700	(4.919)	(279)	1.236	1.181.026
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	507.548	2.057	-	22.570	(631)	-	3	531.547
Máquinas e equipamentos	12	3.465.698	37.969	-	50.005	(1.484)	18.048	(8.551)	3.561.685
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis	14	1.816.791	32.558	-	28.153	(7.832)	-	-	1.869.670
Tanques e vasilhames para GLP	12	441.006	40.510	-	(30)	(19.896)	-	-	461.590
Veículos	9	198.674	7.210	-	4.991	(6.347)	156	(298)	204.386
Móveis e utensílios	8	117.296	1.732	-	1.926	(140)	-	(65)	120.749
Obras em andamento	-	294.328	104.869	-	(143.433)	(1.468)	-	3.413	257.709
Adiantamentos a fornecedores	-	12.881	1.616	-	(729)	-	-	-	13.768
Importações em andamento	-	174	60	-	(82)	-	-	3	155
Equipamentos de informática	5	197.881	5.130	-	846	(2.051)	-	253	202.059
		<u>8.608.487</u>	<u>238.112</u>	<u>-</u>	<u>(4.093)</u>	<u>(49.248)</u>	<u>24.806</u>	<u>(3.126)</u>	<u>8.814.938</u>
Depreciação acumulada:									
Edificações		(496.449)	-	(19.274)	(923)	2.740	-	901	(513.005)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(237.447)	-	(16.293)	(31)	537	-	(2)	(253.236)
Máquinas e equipamentos		(1.673.635)	-	(108.210)	925	832	-	11.640	(1.768.448)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis		(972.014)	-	(52.325)	1	5.149	-	-	(1.019.189)
Tanques e vasilhames para GLP		(216.707)	-	(13.738)	28	8.847	-	-	(221.570)
Veículos		(89.221)	-	(4.436)	-	4.313	-	285	(89.059)
Móveis e utensílios		(83.447)	-	(4.137)	1	110	-	315	(87.158)
Equipamentos de informática		(166.721)	-	(6.146)	(1)	1.490	-	2	(171.376)
		<u>(3.935.641)</u>	<u>-</u>	<u>(224.559)</u>	<u>-</u>	<u>24.018</u>	<u>-</u>	<u>13.141</u>	<u>(4.123.041)</u>
Provisão para perdas:									
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(5.616)	(157)	-	-	298	-	-	(5.475)
Equipamentos de informática		(3)	-	-	-	2	-	-	(1)
Veículos		-	(106)	-	-	5	-	-	(101)
Móveis e utensílios		(10)	-	-	-	2	-	-	(8)
		<u>(5.826)</u>	<u>(263)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>307</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.782)</u>
Custo Líquido		<u>4.667.020</u>	<u>237.849</u>	<u>(224.559)</u>	<u>(4.093)</u>	<u>(24.923)</u>	<u>24.806</u>	<u>10.015</u>	<u>4.686.115</u>

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da American Chemical vide nota explicativa nº 3.a).

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	Software (ii)	Tecnologia (iii)	Direitos de propriedade comercial (iv)	Fundo de comércio (v)	Outros (vi)	Total
Saldo em 31/12/2012	804.697	91.357	9.540	11.368	1.018.954	29.380	1.965.296
Adições	-	9.135	-	-	169.195	624	178.954
Baixas	-	-	-	-	-	(111)	(111)
Transferências	-	3.905	-	-	(320)	-	3.585
Amortizações	-	(16.239)	(2.975)	(275)	(145.622)	(31)	(165.142)
Variação cambial	-	614	-	-	-	2.676	3.290
Aquisição da American Chemical ⁽¹⁾	(10.071)	-	-	-	1.865	-	(8.206)
Saldo em 30/06/2013	<u>794.626</u>	<u>88.772</u>	<u>6.565</u>	<u>11.093</u>	<u>1.044.072</u>	<u>32.538</u>	<u>1.977.666</u>
Prazo médio ponderado de amortização (anos)		5	5	30	5	9	

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da American Chemical vide nota explicativa nº 3.a).

i) Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

	30/06/2013	31/12/2012
Ágio na aquisição de:		
Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759
American Chemical	44.856	54.927
Temmar	43.781	43.781
DNP	24.736	24.736
Repsol	13.403	13.403
Outros	2.278	2.278
	<u>794.626</u>	<u>804.697</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de desconto e de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções variaram de 10,4% a 29,6% e 0% a 3,5% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- Em 11 de julho de 2002, a controlada Terminal Químico de Aratu – Tequimar (“Tequimar”) assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042.
- Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Outros intangíveis representam substancialmente os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2013	30/06/2012
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	6.399	7.099
Despesas com vendas e comerciais	143.588	110.221
Despesas gerais e administrativas	15.155	13.500
	<u>165.142</u>	<u>130.820</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)****a. Composição**

Descrição	30/06/2013	31/12/2012	Índice/Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				médios ponderados em 30/06/2013 - % a.a.	
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	552.286	508.883	US\$	+7,3	2015
Financiamento externo (c.1) (*)	174.598	159.550	US\$ + LIBOR (i)	+0,8	2015
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	136.042	114.760	US\$	+1,6	< 348 dias
Financiamento externo (c.2)	132.588	122.152	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2014
Instituições financeiras (e)	91.805	84.007	US\$	+2,3	2013 a 2017
BNDES (d)	52.604	59.291	US\$	+5,6	2013 a 2020
Instituições financeiras (e)	44.343	40.641	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	28.107	52.744	US\$	+1,5	< 109 dias
Instituições financeiras (e)	24.352	25.259	MX\$ + TIIE (ii)	+1,3	2014 a 2016
Instituições financeiras (e)	10.500	30.194	Bs (iii)	+10,4	2013 a 2015
Subtotal	1.247.225	1.197.481			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.293.069	668.900	CDI	103,3	2014 a 2019
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	867.806	1.948.096	R\$	+12,1	2014 a 2015
Debêntures – 4ª emissão (g)	811.081	845.891	CDI	108,3	2015
BNDES (d)	678.542	677.840	TJLP (iv)	+2,5	2013 a 2020
Debêntures – 1ª emissão pública IPP (g)	605.406	602.328	CDI	107,9	2017
Banco do Nordeste do Brasil	112.101	118.754	R\$	+8,5 (vi)	2018 a 2021
BNDES (d)	54.881	49.163	R\$	+5,3	2015 a 2019
Arrendamento mercantil financeiro (i)	45.096	42.419	IGP-M (v)	+5,6	2031
FINEP	30.804	30.789	R\$	+4,0	2019 a 2021
Nota de crédito à exportação (h) (*)	16.264	-	R\$	+8,0	2016
FINEP	12.486	23.488	TJLP (iv)	+0,0	2014
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	188	494	R\$	+13,7	2013 a 2014
FINAME	48	510	TJLP (iv)	+2,8	2013
Subtotal	5.527.772	5.008.672			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	4.071	9.699			
Total	6.779.068	6.215.852			
Circulante	1.744.575	1.627.955			
Não circulante	5.034.493	4.587.897			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 22 – Contabilidade de proteção).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = *London Interbank Offered Rate*.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) Bs = bolívar venezuelano.
- (iv) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do BNDES. Em 30 de junho de 2013, a TJLP estava fixada em 5,0% a.a.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) Contrato vinculado à taxa do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de junho de 2013, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/06/2013	31/12/2012
De 1 a 2 anos	1.994.288	1.440.473
De 2 a 3 anos	1.209.018	2.105.115
De 3 a 4 anos	215.603	166.648
De 4 a 5 anos	698.082	762.556
Mais de 5 anos	<u>917.502</u>	<u>113.105</u>
	<u>5.034.493</u>	<u>4.587.897</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa n° 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa n° 22).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,2% a.a., pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,7% do valor de face da nota, o que representou um rendimento total para o investidor de 7,4% a.a. no momento da emissão. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiteno S.A.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração da Sociedade para transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, ou com controlada destes, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas LPG e Oxiteno S.A.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamentos externos

- 1) Em novembro de 2012 a controlada IPP contratou financiamento externo no montante de US\$ 80 milhões. O financiamento externo possui vencimento em novembro de 2015 e encargo financeiro de LIBOR + 0,8% a.a., pago trimestralmente. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designou os instrumentos de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto o financiamento quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. O financiamento externo é garantido pela Sociedade.
- 2) A controlada Oxiteno Overseas Corp. possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões. O financiamento externo possui vencimento em junho de 2014, e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pagos semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 86,9% do CDI (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.

Em decorrência destes financiamentos, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente, durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas informações trimestrais consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,30; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V, Oxiteno Andina, Oxiteno USA LLC e American Chemical possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos dos empréstimos pré-fixados para 99,3% do CDI em média (vide nota explicativa nº 22). A IPP designa os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	30/06/2013
jan/14	391.330
mar/14	241.080
abr/14	61.444
mai/14	432.013
mai/15	435.793
fev/16	511.313
mai/16	301.852
mai/19	786.050
	<hr/>
Total	<u><u>3.160.875</u></u>

Durante o primeiro e segundo trimestres de 2013, a IPP renegociou empréstimos que venceriam durante estes períodos, nos valores de principal de R\$ 500 milhões e R\$ 300 milhões, alterando seus vencimentos, respectivamente para fevereiro de 2016 e maio de 2016 com taxa pós-fixada de 104,3% do CDI.

No segundo trimestre de 2013, a IPP captou empréstimo adicional no valor de principal de R\$ 800 milhões, com vencimento em maio de 2019 e taxa pós-fixada de 104,0% do CDI.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

h. Nota de crédito à exportação

Em março de 2013, a controlada Oxiteno Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 17,5 milhões. A nota possui vencimento em março de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente. A Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 93,9% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A Oxiteno Nordeste designou os instrumentos de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Serma – Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, com prazos de 36 meses. A controlada tem a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro de veículos para transporte de combustíveis da controlada Tropical Transportes Ipiranga Ltda. (“Tropical”) foram encerrados em março e abril de 2013, tendo a controlada recebido o direito de propriedade definitiva dos veículos.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

30/06/2013

	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	32.151	498	835	33.484
Financiamento (valor presente)	<u>45.096</u>	<u>188</u>	=	<u>45.284</u>
Circulante	1.695	188	-	1.883
Não circulante	43.401	-	-	43.401

31/12/2012

	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	34.649	765	847	36.261
Financiamento (valor presente)	<u>42.419</u>	<u>410</u>	<u>84</u>	<u>42.913</u>
Circulante	1.533	357	84	1.974
Não circulante	40.886	53	-	40.939

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	30/06/2013			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.949	226	-	4.175
De 1 a 2 anos	3.949	-	-	3.949
De 2 a 3 anos	3.949	-	-	3.949
De 3 a 4 anos	3.949	-	-	3.949
De 4 a 5 anos	3.949	-	-	3.949
Mais de 5 anos	<u>50.678</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.678</u>
	<u>70.423</u>	<u>226</u>	<u>=</u>	<u>70.649</u>

	31/12/2012			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.655	385	113	4.153
De 1 a 2 anos	3.655	55	-	3.710
De 2 a 3 anos	3.655	-	-	3.655
De 3 a 4 anos	3.655	-	-	3.655
De 4 a 5 anos	3.655	-	-	3.655
Mais de 5 anos	<u>48.730</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.730</u>
	<u>67.005</u>	<u>440</u>	<u>113</u>	<u>67.558</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2012	Custos incorridos	Amortizações	Variação cambial	Saldo em 30/06/2013
Banco do Brasil (f)	0,4	13.315	16.212	(5.206)	-	24.321
Debêntures (g)	0,4	8.116	-	(1.595)	-	6.521
Notas no mercado externo (b)	0,2	3.021	-	(506)	214	2.729
Outros	0,2	1.435	-	(265)	23	1.193
Total		25.887	16.212	(7.572)	237	34.764

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	7.868	3.890	2.452	2.951	3.514	3.646	24.321
Debêntures (g)	3.575	2.810	53	58	25	-	6.521
Notas no mercado externo (b)	1.091	1.092	546	-	-	-	2.729
Outros	557	332	189	86	29	-	1.193
Total	13.091	8.124	3.240	3.095	3.568	3.646	34.764

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Os financiamentos estão garantidos por garantias reais no montante de R\$ 39.255 em 30 de junho de 2013 (R\$ 41.466 em 31 de dezembro de 2012) e por avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 2.540.277 em 30 de junho de 2013 (R\$ 2.423.240 em 31 de dezembro de 2012).

Além disso, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 148.852 em 30 de junho de 2013 (R\$ 179.387 em 31 de dezembro de 2012).

Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 9.007 em 30 de junho de 2013 (R\$ 12.137 em 31 de dezembro de 2012), com vencimentos de até 210 dias. Até 30 de junho de 2013, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 221 em 30 de junho de 2013 (R\$ 298 em 31 de dezembro de 2012), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 30 de junho de 2013 não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***15 Fornecedores (Consolidado)**

	30/06/2013	31/12/2012
Fornecedores nacionais	900.898	1.242.447
Fornecedores estrangeiros	<u>85.361</u>	<u>55.288</u>
	<u>986.259</u>	<u>1.297.735</u>

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. e da Braskem Qpar S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	30/06/2013	31/12/2012
Participação nos lucros, bônus e prêmios	60.712	114.305
Provisões sobre folha de pagamento	113.713	93.596
Encargos sociais	22.996	32.643
Salários e honorários	8.550	9.305
Benefícios	1.225	1.466
Outros	<u>673</u>	<u>1.211</u>
	<u>207.869</u>	<u>252.526</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***17 Obrigações tributárias (Consolidado)**

	30/06/2013	31/12/2012
ICMS	77.758	71.255
PIS e COFINS	7.541	10.564
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e American Chemical	9.600	8.818
ISS	5.106	5.703
IPI	4.791	4.502
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	2.115	3.448
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	23.044	1.432
Outros	4.643	1.951
	<u>134.598</u>	<u>107.673</u>

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31/12/2012	70.411
Adições (novos tanques)	266
Gastos com tanques retirados	(1.787)
Despesa com atualização	2.569
	<u>71.459</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>71.459</u>
Circulante	3.482
Não circulante	67.977

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Receita diferida (Consolidado)

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/06/2013	31/12/2012
Programa de fidelidade Km de Vantagens	8.562	13.545
Taxa inicial de franquia am/pm	<u>13.228</u>	<u>14.362</u>
	<u>21.790</u>	<u>27.907</u>
Circulante	13.059	18.054
Não circulante	8.731	9.853

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas, com base no valor justo dos pontos emitidos. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

A taxa inicial de franquia relacionada à rede de lojas de conveniência am/pm e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos com os franqueados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III. O capital social subscrito e integralizado está representado por 544.383.996 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2013 estavam em circulação no exterior 34.014.797 ações ordinárias na forma de ADRs.

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. No primeiro semestre de 2013, não houve recompra de ações.

Em 30 de junho de 2013, 7.971.556 ações ordinárias eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,42.

O preço das ações de emissão da Sociedade em 30 de junho de 2013 na BM&FBOVESPA era de R\$ 53,12.

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 17,44 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos.

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação do plano de benefícios pós-emprego.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 354.032 (R\$ 0,66 – sessenta e seis centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2013 tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2013 e pagos em 8 de março de 2013.

21 Informações por segmento

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico e armazenagem. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	30/06/2013	30/06/2012
Receita líquida:		
Ultragaz	1.925.197	1.893.162
Ipiranga	25.159.437	22.039.259
Oxiteno	1.576.016	1.371.058
Ultracargo	161.367	139.282
Outros ⁽¹⁾	17.323	26.241
Vendas entre segmentos	(35.268)	(40.037)
Total	<u>28.804.072</u>	<u>25.428.965</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	647	460
Ipiranga	-	-
Oxiteno	15	-
Ultracargo	17.393	13.381
Outros ⁽¹⁾	17.213	26.196
Total	<u>35.268</u>	<u>40.037</u>
Receita líquida de vendas, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.924.550	1.892.702
Ipiranga	25.159.437	22.039.259
Oxiteno	1.576.001	1.371.058
Ultracargo	143.974	125.901
Outros ⁽¹⁾	110	45
Total	<u>28.804.072</u>	<u>25.428.965</u>
Lucro operacional:		
Ultragaz	70.781	57.441
Ipiranga	690.748	526.362
Oxiteno	121.389	105.269
Ultracargo	54.340	52.007
Outros ⁽¹⁾	2.480	2.426
Total	<u>939.738</u>	<u>743.505</u>
Receitas financeiras	100.438	115.021
Despesas financeiras	(255.282)	(267.536)
Equivalência patrimonial de coligadas	(2.042)	5.968
Lucro antes dos impostos	<u>782.852</u>	<u>596.958</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/06/2013	30/06/2012
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	84.437	98.270
Ipiranga	256.520	357.658
Oxitenó	53.824	74.488
Ultracargo	18.246	69.497
Outros ⁽¹⁾	4.038	5.001
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	417.065	604.914
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18)	(267)	(1.119)
Juros capitalizados	(3.681)	(4.891)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>413.117</u>	<u>598.904</u>
	30/06/2013	30/06/2012
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	66.331	65.449
Ipiranga	220.471	182.202
Oxitenó	66.290	59.908
Ultracargo	23.199	15.162
Outros ⁽¹⁾	5.946	5.436
Total	<u>382.237</u>	<u>328.157</u>
	30/06/2013	31/12/2012
Ativos totais:		
Ultragaz	2.394.911	2.302.009
Ipiranga	7.400.685	7.619.164
Oxitenó	3.567.855	3.532.076
Ultracargo	1.309.981	1.330.569
Outros ⁽¹⁾	912.879	465.736
Total	<u>15.586.311</u>	<u>15.249.554</u>

(1) A linha "Outros" é formada principalmente pela controladora Ultrapar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2013	31/12/2012
México	56.358	46.248
Venezuela	19.521	22.418
Uruguai	48.313	43.769
Estados Unidos	77.246	48.922

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, no México, na Venezuela e, a partir de 1 de novembro de 2012, no Uruguai, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	30/06/2013	30/06/2012
Receita líquida das vendas:		
Brasil	28.337.553	25.023.015
México	66.784	59.949
Venezuela	88.570	62.594
Outros países da América Latina	164.845	160.715
Estados Unidos e Canadá	76.174	54.436
Extremo Oriente	18.809	17.865
Europa	32.547	24.363
Outros	18.790	26.028
Total	<u>28.804.072</u>	<u>25.428.965</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	30/06/2013	31/12/2012
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	394,7	363,7
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	185,3	163,2
Investimentos em controladas no exterior (ativos não-monetários líquidos de passivos não-monetários)	<u>353,2</u>	<u>300,4</u>
	<u>933,2</u>	<u>827,3</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.247,2)	(1.197,5)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	<u>(57,7)</u>	<u>(21,5)</u>
	<u>(1.304,9)</u>	<u>(1.219,0)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>484,8</u>	<u>499,9</u>
Posição líquida ativa – total	113,1	108,2

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição de R\$ 113,1 milhões ativa em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(6,2)	(15,4)	(30,8)
(2) Efeito no patrimônio líquido		17,5	43,7	87,4
(1) + (2)	Efeito	11,3	28,3	56,6
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	6,2	15,4	30,8
(4) Efeito no patrimônio líquido		(17,5)	(43,7)	(87,4)
(3) + (4)	Efeito	(11,3)	(28,3)	(56,6)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das subsidiárias no exterior (vide nota explicativa nº 2.r).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 30 de junho de 2013 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas de pré-fixados para taxa flutuante (CDI).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	Nota explicativa	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CDI			
Equivalentes de caixa	4	1.959.385	1.912.217
Aplicações financeiras	4	664.122	641.022
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	26.479	21.141
Financiamentos e debêntures	14	(3.709.556)	(2.117.120)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	(448.368)	(495.560)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	22	(809.289)	(1.796.682)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(2.317.227)</u>	<u>(1.834.982)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(691.076)	(701.838)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(691.076)</u>	<u>(701.838)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	22	310.713	286.039
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(351.529)	(322.343)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(40.816)</u>	<u>(36.304)</u>
TIE			
Empréstimos e financiamentos – TIE	14	(24.352)	(25.259)
Posição líquida passiva em TIE		<u>(24.352)</u>	<u>(25.259)</u>
Posição líquida passiva total		<u>(3.073.471)</u>	<u>(2.598.383)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro de 30 de junho de 2013, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

<u>em milhões de Reais</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
		10%	25%	50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	6,9	17,1	34,1
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,1	0,3
Efeito nos juros da dívida	Elevação CDI	(9,3)	(23,3)	(46,6)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(6,3)	(15,6)	(31,3)
Despesa incremental		(8,6)	(21,7)	(43,5)
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(1,7)	(4,2)	(8,4)
Despesa incremental		(1,7)	(4,2)	(8,4)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,2	0,5	1,0
Efeito nos juros da dívida	Elevação LIBOR	(0,1)	(0,2)	(0,3)
Receita incremental		0,1	0,3	0,7
Efeito nos juros da dívida	Elevação TIIE	(0,1)	(0,1)	(0,3)
Despesa incremental		(0,1)	(0,1)	(0,3)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	30/06/2013	31/12/2012
Ipiranga	119.011	111.789
Ultragaz	16.283	13.755
Oxiteno	2.136	2.647
Ultracargo	2.579	625
Total	<u>140.009</u>	<u>128.816</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.800,3 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2013 totaliza R\$ 1.426 milhões. Em 30 de junho de 2013, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.084,7 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de junho de 2013 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 30 de junho de 2013 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	em milhões de Reais	
					Mais de 5 anos	
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	8.590,7	1.800,3	4.032,0	1.128,7	1.629,7	
Instrumentos de proteção (3)	45,1	18,4	25,4	1,3	-	-
Fornecedores	986,3	986,3	-	-	-	-

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 10,52%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 2,31 em 2013, R\$ 2,50 em 2014, R\$ 2,74 em 2015, R\$ 2,96 em 2016 e R\$ 3,15 em 2017 (iii) TJLP de 5,0% e (iv) IGP-M de 4,9% em 2013, 5,6% em 2014, 5,5% em 2015, 5,5% em 2016 e 5,5% em 2017.

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 28 de junho de 2013, e na curva futura de LIBOR (BBA – *British Bankers Association*) em 28 de junho de 2013. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo		Valores a pagar ou a receber no período (30/06/2013)	
			30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	Valor a receber	Valor a pagar
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Instrumentos de proteção								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU,		US\$ 140,0	US\$ 140,0	310,7	286,0	310,7	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	Citibank, HSBC,		US\$ 89,0	US\$ 111,3	202,5	234,7	202,5	-
Passivo em taxa de juros CDI	Itaú, JP Morgan, Santander	jul/2013 a abr/2017	US\$ (229,0)	US\$ (251,3)	(448,4)	(495,5)	-	448,4
Resultado acumulado			-	-	64,8	25,2	513,2	448,4
b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco,	jul/2013 a ago/2013	US\$ 12,7	US\$ 10,2	26,4	21,1	26,4	-
Passivo em dólares norte-americanos	HSBC, Itaú		US\$ (12,7)	US\$ (10,2)	(28,3)	(20,8)	-	28,3
Resultado acumulado			-	-	(1,9)	0,3	26,4	28,3
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada		mai/2014 a mar/2016	R\$ 617,5	R\$ 1.400,0	891,1	1.958,9	891,1	-
Passivo em taxa de juros CDI	Banco do Brasil, Itaú		R\$ (617,5)	R\$ (1.400,0)	(809,3)	(1.796,7)	-	809,3
Resultado acumulado			-	-	81,8	162,2	891,1	809,3
Resultado acumulado total bruto					144,7	187,7	1.430,7	1.286,0
Imposto de renda					(18,6)	(18,3)	(18,6)	-
Resultado acumulado total líquido					126,1	169,4	1.412,1	1.286,0
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					130,2	179,1		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(4,1)	(9,7)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de junho de 2013, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 30 de junho de 2013, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 229,0 milhões de principal com posição passiva, na média a 106,2% do CDI, sendo US\$ 89,0 milhões, com posição ativa a US\$ + 4,8% a.a. e US\$ 140,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,0% a.a.

b - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de junho de 2013, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 12,7 milhões e tinham na média uma posição ativa a 74,4% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 30 de junho de 2013 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 617,5 milhões de valor *nocional* e, na média, tinham uma posição ativa em 12,0% a.a. e passiva a 99,1% do CDI.

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 30 de junho de 2013 os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 617,5 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2013 uma despesa de R\$ 18,7 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 54,5 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 80,3 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 99,1% do CDI.

Em 30 de junho de 2013, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 80,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2013, uma receita de R\$ 9,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 0,7 milhão referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 14,8 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 30 de junho de 2013 e de 2012 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	<u>30/06/2013</u>	
	<u>R\$ milhões</u>	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(12,6)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(1,7)	-
c - Swaps de juros em Reais (iii)	35,7	-
	<hr/>	<hr/>
Total	21,4	-
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	 <u>30/06/2012</u>	
	<u>R\$ milhões</u>	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	(9,7)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(0,2)	-
c - Swaps de juros em Reais (iii)	22,3	-
	<hr/>	<hr/>
Total	12,4	-
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/06/2013		31/12/2012		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	96.332	96.332	79.652	79.652
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	4	1.959.385	1.959.385	1.912.217	1.912.217
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	4	4.444	4.444	29.245	29.245
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	653.504	653.504	630.404	630.404
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	334.682	334.682	290.636	290.636
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	4	130.244	130.244	179.056	179.056
Total			3.189.209	3.189.209	3.131.828	3.131.828
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo através do resultado	14	1.058.668	1.058.668	1.948.096	1.948.096
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.254.558	4.301.630	2.766.925	2.842.869
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	1.416.487	1.408.620	1.448.219	1.450.300
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	45.284	45.284	42.913	42.913
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	14	4.071	4.071	9.699	9.699
Total			6.779.068	6.818.273	6.215.852	6.293.877

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo através do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14) e (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	Categoria	Nota explicativa	30/06/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	4	1.959.385	1.959.385	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	4	4.444	4.444	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	653.504	653.504	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	334.682	87.156	247.526	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	4	130.244	-	130.244	-
Total			3.082.259	2.704.489	377.770	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo através do resultado	14	1.058.668	-	1.058.668	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	14	4.071	-	4.071	-
Total			1.062.739	-	1.062.739	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	4	1.912.217	1.912.217	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	4	29.245	29.245	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	630.404	630.404	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	290.636	84.872	205.764	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	4	179.056	-	179.056	-
Total			<u>3.041.558</u>	<u>2.656.738</u>	<u>384.820</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo através do resultado	14	1.948.096	-	1.948.096	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	14	9.699	-	9.699	-
Total			<u>1.957.795</u>	<u>-</u>	<u>1.957.795</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 28 de junho de 2013. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 3,02 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2013, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 30 de junho de 2013 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação	89.141	238.531	387.921
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar	do dólar	(89.133)	(238.535)	(387.936)
(1)+(2)	Efeito líquido	8	(4)	(15)
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do	(285)	6.809	13.902
(4) Margem bruta da Oxiteno	dólar	285	(6.809)	(13.902)
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 28 de junho de 2013 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	29.345	60.550
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(29.345)	(60.549)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)**a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, baseada na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/06/2013
IRPJ e CSLL	305.815	15.464	(641)	7.648	328.286
PIS e COFINS	82.938	-	-	2.070	85.008
ICMS	62.491	728	(17.422)	1.145	46.942
INSS	12.789	93	-	333	13.215
Cíveis	91.242	8.688	(3.606)	-	96.324
Trabalhistas	44.186	3.132	(2.537)	-	44.781
Outras	1.016	80	-	31	1.127
Total	600.477	28.185	(24.206)	11.227	615.683
Circulante	49.514				53.017
Não circulante	550.963				562.666

Algumas das provisões acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 423.637 em 30 de junho de 2013 (R\$ 401.847 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Processos tributários

Provisões

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 308.042 em 30 de junho de 2013 (R\$ 291.483 em 31 de dezembro de 2012) e constituindo passivo correspondente para esse fim.

A controlada IPP possui provisão para processo de IRPJ e CSLL referente a inconstitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indedutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ, no montante de R\$ 19.420 em 30 de junho de 2013 (R\$ 19.120 em 31 de dezembro de 2012).

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical, Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 83.668 em 30 de junho de 2013 (R\$ 81.622 em 31 de dezembro de 2012).

A controlada Oxiteno S.A. aderiu à anistia instituída pelo Decreto nº 58.811/2012 do Estado de São Paulo para quitar débito referente a autuação sofrida sob alegação de crédito indevido de ICMS sobre notas fiscais de retorno simbólico de matérias-primas enviadas para industrialização na controlada Oxiteno Nordeste. O valor provisionado de R\$ 15.364 foi pago em abril de 2013 (R\$ 15.226 em 31 de dezembro de 2012).

A controlada IPP e suas controladas possuem provisões relativas a ICMS referentes, principalmente, a: (a) autuações por vendas interestaduais de combustíveis para clientes industriais sem tributação do ICMS, em virtude da interpretação do disposto no artigo 2º da LC 87/96, R\$ 12.289 em 30 de junho de 2013 (R\$ 11.741 em 31 de dezembro de 2012); e (b) exigência de ICMS sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não é evidente, R\$ 18.570 em 30 de junho de 2013 (R\$ 19.499 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos contingentes

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas informações trimestrais, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 108.752 em 30 de junho de 2013 (R\$ 104.086 em 31 de dezembro de 2012); (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o Fisco entende, erroneamente, não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 29.105 em 30 de junho de 2013 (R\$ 23.901 em 31 de dezembro de 2012); (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 24.282 em 30 de junho de 2013 (R\$ 23.096 em 31 de dezembro de 2012); (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 38.662 em 30 de junho de 2013 (R\$ 36.324 em 31 de dezembro de 2012); (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo STF, R\$ 16.927 em 30 de junho de 2013 (R\$ 16.060 em 31 de dezembro de 2012); (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 27.226 em 30 de junho de 2013 (R\$ 28.515 em 31 de dezembro de 2012); (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 27.990 em 30 de junho de 2013 (R\$ 31.380 em 31 de dezembro de 2012); (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 35.895 em 30 de junho de 2013 (R\$ 35.032 em 31 de dezembro de 2012) e (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 29.629 em 30 de junho de 2013 (R\$ 24.662 em 31 de dezembro de 2012).

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado até 30 de junho de 2013, é de R\$ 98.349 (R\$ 81.868 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem sentenças favoráveis para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 35.588, já deduzidos os honorários advocatícios.

c. Processos cíveis

Provisões

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 96.324 em 30 de junho de 2013 (R\$ 91.242 em 31 de dezembro de 2012).

Passivos contingentes

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

d. Processos trabalhistas

Provisões

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 44.781 em 30 de junho de 2013 (R\$ 44.186 em 31 de dezembro de 2012) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos contingentes

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e notificaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxiteno Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 30 de junho de 2013.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, individualmente de menor relevância, de natureza tributária, cível e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas informações trimestrais em razão de sua natureza contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2013, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxitenno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas e máximo de 220 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 30 de junho de 2013 e de 2012, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida.

	Compromisso de compra mínima		Demanda acumulada (real)	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Em toneladas de eteno	<u>104.484 (*)</u>	<u>103.445 (*)</u>	<u>108.292</u>	<u>105.006</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem Qpar S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima		Demanda acumulada (real)	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Em toneladas de eteno	<u>19.614 (*)</u>	<u>18.518 (*)</u>	<u>19.888</u>	<u>19.759</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem Qpar S.A. durante os períodos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima de cada negócio é assim demonstrada:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiteno	US\$ 1.202
Ultragaz	R\$ 152
Ipiranga	R\$ 740
Ultracargo	R\$ 550

* em milhões. Moeda conforme indicado.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

Desde março de 2013, mantemos apólices de responsabilidade civil para diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas e membros do conselho fiscal no valor total de US\$ 50 milhões, que cobre responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato ou omissão cometido por uma pessoa atuando na qualidade de membro do conselho de administração, diretor executivo da Ultrapar e suas controladas e membro do conselho fiscal ou qualquer reclamação contra tais conselheiros, diretores executivos da Ultrapar e suas controladas e membros do conselho fiscal apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo de tais conselheiros, diretores executivos da Ultrapar e suas controladas e membros do conselho fiscal.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida em grupo e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Utingás Armazenadora S.A., Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30 de junho de 2013	16.509	24.458	-	40.967

As controladas IPP e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrente desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30 de junho de 2013	a pagar	(61.647)	(197.114)	(146.039)	(404.800)
	a receber	48.025	144.209	96.706	288.940

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 30 de junho de 2013, foi R\$ 19.004 (R\$ 18.984 em 30 de junho de 2012).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 30 de junho de 2013, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 8.735 (R\$ 7.647 em 30 de junho de 2012) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do período. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2013 atingiu 6.869 participantes ativos e 97 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas informações trimestrais de acordo com a Deliberação CVM 600/2009.

	30/06/2013	31/12/2012
Plano de Assistência Médica e Odontológica	43.310	41.535
Multa FGTS	47.333	44.387
Gratificação	24.580	23.058
Seguro de vida	20.323	19.515
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>135.546</u>	<u>128.495</u>
Circulante	10.035	10.035
Não circulante	125.511	118.460

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***25 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)**

	30/06/2013	30/06/2012
Receita de vendas bruta	29.350.696	25.937.323
Receita de serviços prestados bruta	255.838	224.281
Impostos sobre vendas	(679.008)	(611.697)
Devoluções e abatimentos	(129.571)	(121.856)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 19)	<u>6.117</u>	<u>914</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>28.804.072</u></u>	<u><u>25.428.965</u></u>

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	30/06/2013	30/06/2012
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	26.104.262	23.105.093
Gastos com pessoal	655.042	595.894
Fretes e armazenagens	455.124	396.469
Depreciação e amortização	382.237	328.157
Propaganda e marketing	80.681	83.032
Serviços prestados por terceiros	73.726	59.511
Aluguel de imóveis e equipamentos	40.030	33.937
Outras despesas	<u>123.199</u>	<u>102.171</u>
Total	<u><u>27.914.301</u></u>	<u><u>24.704.264</u></u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26.580.121	23.522.746
Despesas com vendas e comerciais	848.603	770.255
Despesas gerais e administrativas	<u>485.577</u>	<u>411.263</u>
Total	<u><u>27.914.301</u></u>	<u><u>24.704.264</u></u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 12.718 em 30 de junho de 2013 (R\$ 12.161 em 30 de junho de 2012).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 30 de junho de 2013 o resultado foi um ganho de R\$ 14.722 (perda de R\$ 4.267 em 30 de junho de 2012) principalmente de resultado da venda de ativo imobilizado.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	48.602	63.017	67.483	84.971
Juros de clientes	-	-	30.025	28.358
Outras receitas	-	-	2.930	1.692
	<u>48.602</u>	<u>63.017</u>	<u>100.438</u>	<u>115.021</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(145.922)	(180.068)
Juros sobre debêntures	(31.968)	(52.349)	(54.224)	(52.349)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(4.592)	(2.621)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(13.786)	3.185	(26.465)	(7.030)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(19.807)	(18.050)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(6)	(20)	(4.272)	(7.418)
	<u>(45.760)</u>	<u>(49.184)</u>	<u>(255.282)</u>	<u>(267.536)</u>
Resultado financeiro	<u>2.842</u>	<u>13.833</u>	<u>(154.844)</u>	<u>(152.515)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. Como mencionado na nota explicativa nº 8.c), a Sociedade possui um plano de remuneração em ações.

Lucro básico por ação	30/06/2013	30/06/2012
Lucro líquido da Sociedade	<u>526.904</u>	<u>423.194</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	534.042	533.989
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,9866</u>	<u>0,7925</u>
Lucro diluído por ação	30/06/2013	30/06/2012
Lucro líquido da Sociedade	<u>526.904</u>	<u>423.194</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	536.412	536.162
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,9823</u>	<u>0,7893</u>
Média ponderada das ações (em milhares)	30/06/2013	30/06/2012
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	534.042	533.989
Efeito da diluição		
Usufruto de ações	<u>2.370</u>	<u>2.173</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>536.412</u>	<u>536.162</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.w), em decorrência das mudanças de política contábil para a contabilização dos empreendimentos controlados em conjunto e dos benefícios aos empregados, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias correspondentes relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e na IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (R1) e na IAS 1 (Revisada 2007) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações

Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de julho de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2